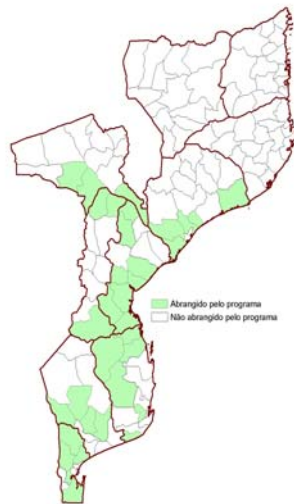




República de Moçambique  
Ministério de Agricultura

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição



■ Abrangido pelo programa  
□ Não abrangido pelo programa

# Plano de Acção de Mitigação aos Efeitos da Seca em 2005



## **Ficha Técnica**

### ***Equipa de Campo***

Raúl Varela/FAO – Proj UTF/Moz/071/EC  
Tomas Sitoé/DINA/ DAPSA  
Claúdio Jamal/IIAM  
Jacinto da Graça/DINA/DAPSA  
Joaquim Cuna/DINA-UCEA  
Paula Machungo/DINA/DAPSA  
Manuel Dança/ICRISAT  
Cesar Varela/ICRISAT  
Rogério Sitole/ICRISAT

### ***Análise e Composição***

Raúl Varela/FAO-Proj UTF/Moz/071/EC  
Hiten Jantilal/DINA/GAPSA  
Marcelino Candieiro/

---

---

## INDICE

<b>I.</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO ACÇÃO .....</b>	<b>3</b>
A.	BACKGROUND .....	3
B.	AJUSTES RUMO A NOVOS DESAFIOS .....	6
<b>II.</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>8</b>
A.	PROCEDIMENTOS .....	8
B.	INVENTÁRIO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DAS INTERVENÇÕES .....	9
C.	DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS .....	11
<b>III.</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES DAS TENDÊNCIAS DAS OPÇÕES .....</b>	<b>12</b>
A.	ESTRUTURA DA PLANILHA DE PLANO DE ACÇÃO DISTRIAL (EXEMPLO MABOTE) .....	12
B.	PADRÕES GERAIS NA ESCOLHA DOS TIPOS DE PROGRAMAS .....	14
C.	PREVISÃO DO IMPACTO GERAL EM TERMOS DE BENEFICIÁRIOS.....	19
D.	ÁREA POTENCIAL QUE POSSA SER CULTIVADA COM OS PROGRAMAS .....	22
E.	CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES .....	23
<b>IV.</b>	<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRO .....</b>	<b>24</b>
A.	ORÇAMENTO GERAL COMPARADO COM PAAO E OUTROS FUNDOS .....	24
B.	ANÁLISE ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES.....	24
C.	ANÁLISE DE ACTIVIDADES POR PROVÍNCIA.....	27
	Maputo .....	30
	Gaza.....	30
	Inhambane.....	30
	Manica.....	30
	Sofala .....	30
	Tete.....	31
	Zambézia .....	31
<b>V.</b>	<b>LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS FUTUROS.....</b>	<b>32</b>
A.	MUDANÇAS RELEVANTES NA FILOSOFIA DO PLANO DE ACÇÃO .....	32
B.	OFENSIVA PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS .....	33
C.	DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS AOS DISTRITOS .....	33
D.	TRÂMITES PARA A ADOPÇÃO DESSA METODOLOGIA COMO PARTE DA PLANIFICAÇÃO FUTURA .....	34
	1. Estabelecimento de um Sistema de Aviso Prévio para a SAN.....	35
	2. Montagem de um Sistema de Monitoria da Situação da Vulnerabilidade de Forma Desagregada.....	35
	3. Instalação de um Sistema de Monitoria dos Mecanismos Extremos de Sobrevivência .....	36
	4. Sistemas de informação das sementes.....	37
<b>VI.</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>38</b>

---

---

## Índice das Tabelas

---

TABELA 1 ACTIVIDADES MAIS REPRESENTATIVAS DO PLANO DE ACÇÃO, CITADAS .....	6
TABELA 2 INTERVENÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS NA PECUÁRIA – AMOSTRA TOTAL .....	6
TABELA 3 POSSÍVEIS ASSISTÊNCIA NO ÂMBITO DO PLANO DA MITIGAÇÃO DA SECA NAS LOCALIDADES ENTRE JULHO 2005/MARÇO DE 2006.....	10
TABELA 4 PLANILHA DO PLANO DE ACÇÃO PARA A MITIGAÇÃO DA SECA DO DISTRITO DE MABOTE, PROVÍNCIA DE INHAMBANE.....	13
TABELA 5 DISTRIBUIÇÃO DAS ACTIVIDADES DIRECTAMENTE LIGADAS A AGRICULTURA POR DISTRITO .....	16
TABELA 6 ACTIVIDADES MAIS DIRECTAMENTE LIGADAS À PECUÁRIA .....	17
TABELA 7 ACTIVIDADES COMUNS A AGRICULTURA E PECUÁRIA .....	19
TABELA 8 ORÇAMENTAL POR PROVÍNCIA E ACTIVIDADE.....	28

## Índice dos Gráficos

GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE LOCALIDADES QUE ESCOLHERAM AS ALTERNATIVAS DAS ACTIVIDADES .....	14
GRÁFICO 2 NÚMERO DE LOCALIDADE QUE OPTARAM A AREA DE AGRICULTURA .....	15
GRÁFICO 3 TIPO DE ACTIVIDADES PECUÁRIS SELECIONADAS PELAS LOCALIDADES .....	17
GRÁFICO 4 NÚMERO DE LOCALIDADES QUE OPTARAM EM AREA COMUNS DE ACTIVIDADES .....	18
GRÁFICO 5 AFS POTENCIALMENTE BENEFICIÁRIOS PELOS PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO .....	20
GRÁFICO 6 DISTRIBUIÇÃO DE AGREGADO FAMILIARES QUE BENEFICIAM DIRECTA E INDIRECTAMENTE PELAS ACTIVIDADES AGRÍCOLAS.....	20
GRÁFICO 7 DISTRIBUIÇÃO DOS AFS BENEFICIÁRIOS DIRECTA E INDIRECTA NA PECUÁRIA.....	21
GRÁFICO 8 DISTRIBUIÇÃO DOS AFS DIRECTA E INDIRECTA BENEFICIADOS NAS AREAS COMUNS .....	21
GRÁFICO 9 DISTRIBUIÇÃO DAS AREAS NAS ACTIVIDADES SELECIONADAS EM HA .....	22
GRÁFICO 10 DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DA MANDIOCA E BATATA DOCE POTENCIALMENTE A SER CULTIVADO .....	22
GRÁFICO 11 DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO E O PLANIFICADO NO AMBITO DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO .....	25
GRÁFICO 12 ORÇAMENTO PLANIFICADO PARA ACTIVIDADES DA AGRICULTURA .....	25
GRÁFICO 13 ORÇAMENTO PLANIFICADO PARA ACTIVIDADES DA PECUÁRIA.....	26
GRÁFICO 14 ORÇAMENTO PLANIFICADO PARA ACTIVIDADES NAS AREAS COMUNS .....	26

## Índice de Cronograma

---

---

## Acrónimos

---

CFSAM	Crop Food Supply Assessment Mission
DDA	Direcção Distrital de Agricultura
DHS	Demographic Health Survey
DINA	Direcção Nacional de Agricultura
DPA	Direcção Provincial de Agricultura
FAO	Food Agriculture Organization
FEWS NET	Famine Early Warning System Network
DAPSA	Departamento de Aviso Prévio para Segurança Alimentar
GAPSAN	Grupo de Aviso Prévio Para a Segurança Alimentar e Nutrição
GATV	Gabinete de Aconcelhamento e Tratamento Voluntário
GAV	Grupo de Análise de Vulnerabilidade
HIV/SIDA	Vírus do HIV/Síndrome de Imunodeficiência Humana
IAF	Inquéritos aos Agregados Familiares
ICRISAT	Instituto Internacional de Investigação de Culturas para os Trópicos e Semi-Áridos
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MINAG	Ministério de Agricultura
ONGs	Organizações não Governamentais
PAAO	Plano de Actividade Anual Orçamental
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição
SETSAN	Secretariado Técnicos para Segurança Alimentar e Nutrição
SETSAN-P	SETSAN-Provincial
SPA	Serviços Províncias de Agricultura

---

---

## I. Agradecimento

---

A urgência do presente trabalho e o factor limitante do tempo exigiram esforços abnegados dos diversos quadros e parceiros a todos os níveis, sem os quais seria impossível cumprir os desafios que foram impostos ao grupo.

Muitos são os que contribuíram para o sucesso final deste trabalho. Contudo, urge destacar a confiança e o suporte recebido da Direcção Nacional de Agricultura e da Representação da FAO pela forma sábia como abraçaram a iniciativa, para além de conselhos técnicos que ajudaram a aperfeiçoar o exercício.

Os nossos agradecimentos terão que ser extensivos particularmente aos projectos da FAO, nomeadamente OSRO/RAF/403/SAF, UTF/Moz/071/EC e GCP/Moz/079/Bel que não se hesitaram em abraçar e financiar essa iniciativa na certeza porém que os resultados irão consolidar as suas agendas de trabalho. O mesmo deverá ser aplicado ao ICRISAT, que não só participou com fundos, mas também com três técnicos para integrar a equipa de campo.

Seria injusto não reconhecer a forma profissional como as Direcções Distritais, as Direcções Provinciais e as Delegações do INGC abdicaram-se de outras responsabilidades para dedicarem, a tempo inteiro, aos trabalhos de campo, fornecendo informações sábias e úteis para o processo.

Para além disso, estendemos também o nosso agradecimento à estrutura do SETSAN Provincial e Central, principalmente na pessoa da sua coordenadora que soube apoiar essa iniciativa e visualizar a importância da mesma no processo de descentralização e o reforço das iniciativas dos SETSANs Provinciais.

Finalmente, a todos e principalmente às agências das Nações Unidas os nossos sinceros agradecimentos pelo encorajamento e apoio técnico podendo-se destacar ainda a assistência técnica da FEWS-NET na digitalização de mapas, o nosso muito obrigado.

---

---

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

A relação entre a pobreza e a insegurança alimentar é como a de um objecto e a sua imagem reflectida num espelho: dois aspectos indivisíveis e não exclusivos. Daí que todo o esforço para combater a pobreza tenha uma ligação directa ao combate à insegurança alimentar e vice-versa.

No contexto da nova filosofia do Governo que define o distrito como base para a planificação e reclama o princípio de desenvolvimento rural integrado, o MINAG, com a assistência da FAO, decidiu introduzir uma nova abordagem para a elaboração do plano de acção de forma desagregada ao nível da localidade. Essa nova estratégia vem contribuir para consolidar as iniciativas anteriores desenvolvidas na preparação dos planos de acção anteriores e tem como propósito, o reforço da descentralização, o aumento da transparência, a responsabilização e prestação de contas, para além do reforço da pertença local dos planos.

Este novo esforço tem como objectivo assistir o Governo no plano de mitigação da seca que durante a campanha agrícola 2004/05 terá afectado cerca de 59 distritos do ponto de vista agrícola nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia.

O documento em questão contextualiza a nova abordagem na elaboração do plano, destacando-se a necessidade do uso de critérios que visem desagregar as análises da vulnerabilidade a um nível mais baixo em termos geográficos (localidade). Desta maneira, poder-se-á atacar de forma mais coerente as chamadas bolsas de fome que muitas vezes são ignoradas quando o tratamento do assunto é feito só ao nível do distrito. Mais do que isso, pelo facto da metodologia definir um esquema “**base topo**” na identificação das prioridades das acções de mitigação, com uma visão clara de metas a serem atingidas, número de famílias e recursos necessários, assegura maior garantia de que os recursos disponíveis possam chegar às comunidades, para além de permitir um dispositivo de monitoria da implementação e do impacto mais credível.

A metodologia descrita no documento foi testada em Gaza e depois replicada por uma equipa multi-disciplinar da DINA/Aviso Prévio, IIAM, ICRISAT e FAO que deslocou-se às 7 províncias afectadas, trabalhando com as autoridades ao nível do distrito e província sem excluir a participação das ONGs.

O presente plano, identifica um total de 36 distritos dos 59 afectados do ponto de vista agrícola, abrangendo 251 localidades que irão beneficiar-se de actividades que poderão abranger cerca de 171,591 famílias de forma directa e 395,812 indirectamente. O mesmo, custando um total de **USD 2.053,947,00** deverá ser implementado entre Agosto e Março de 2006. Desse valor, cerca de **517.308,00 USD** estão contemplados no âmbito do PAAO e **400.000,00 USD** através do fundo especial do Governo, faltando um total de **1.536.640,00 USD** (sem incluir os **400.000,00 USD** que ainda carecem algum esclarecimento).

Essa iniciativa merece um certo mérito pelo facto de ter sido elaborada de forma participativa e preconizar uma ofensiva porta-a-porta junto dos doadores para debater o plano antes de uma reunião magna. Por outro lado, foi criado um banco de dados nacional, provincial e distrital que, pela sua estrutura, permitirá monitorar, a qualquer momento, o que foi preconizado, financiado, executado e em falta, para além de se poder avaliar o respectivo impacto.

A metodologia tem ainda como ponto forte o facto de preconizar a devolução dos resultados aos distritos após a decisão sobre o financiamento e a assistência técnica no arranque das actividades, sobretudo no que respeita a selecção dos beneficiários, critérios para a localização, implementação e monitoria das actividades com a forte componente de restituição dos resultados junto aos doadores.

Finalmente, o próprio documento preconiza uma visão futura em que se estabelece um esquema de monitoria descentralizada da vulnerabilidade e de autonomia local que irá servir de base para a planificação. Para tal, vizualiza-se o reforço da capacitação local, um maior envolvimento do SETSAN provincial como a estrutura coordenadora e a consolidação das actividades do Grupo de Análises da Vulnerabilidade e do Grupo de Aviso Prévio para a Segurança Alimentar e Nutricional que passarão a ter as análises de cada província como base para análises adicionais.

Todo esse exercício de consolidação do sistema deveria ser feito também em articulação directa com o ICRISAT, visando reactivar e operacionalizar o sistema de banco de sementes anteriormente elaborado. Esse sistema representa um complemento importante e poderia vir a aperfeiçoar a qualidade de informações sobre a disponibilidade de sementes e a sua localização geográfica, permitindo assim que se ultrapasse, de uma vez por todas, a polémica sobre a disponibilidade dos diversos tipos de sementes, controlar os aspectos de fornecimento e da capacidade germinativa.

Por conseguinte, longe de ser uma versão final, o presente documento deve ser visto como um instrumento de trabalho que estará aberto a debate e requererá ampla divulgação para que, no futuro, se possa ter um consenso sobre os procedimentos coerentes para a preparação de um plano de acção de base alargada (forte participação das comunidades e das ONGs) e com a participação das populações na definição das prioridades.



---

---

## I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO ACÇÃO

---

### A. Background

Moçambique está exposto a condições de vulnerabilidade estrutural e conjuntural de forma contínua devido a factores múltiplos que têm afectado as populações sistematicamente ao longo dos anos, obrigando-as a adoptar mecanismos de sobrevivência, muitos dos quais extremos, o que, no seu cômputo geral têm fragilizado os seus modos de vida.

Como consequência, prolifera-se a situação de pobreza e de insegurança alimentar generalizada com variações temporais e espaciais. Temporais porque a ocorrência das calamidades naturais, uma das principais causas da vulnerabilidade (secas, inundações e/ou ciclone) estiveram e estarão sempre presentes no habitat dos Moçambicanos. Espaciais porque, apesar do potencial existente, as variações da insegurança alimentar e da pobreza estão presentes de forma desigual ao nível das províncias, distritos e mesmo ao nível das localidades.

Os dados estatísticos demonstram que os resultados do combate à pobreza não têm surtido os mesmos efeitos quando comparados com os resultados do combate à insegurança alimentar. Com efeito, enquanto que, em geral, a incidência da pobreza absoluta no País reduziu cerca de 15% (passando de cerca de 69% em 1996/97 para cerca de 54% em 2003/04 – vide IAF 2003), já o desempenho dos níveis de mal-nutrição não atingiu os níveis desejáveis. Na realidade, para o mesmo período, a mal-nutrição crónica registou um incremento, passando de 36 para 41% com maior incidência na zona rural (46%) enquanto que a mal-nutrição aguda registou um decréscimo, passando de 8 para 4% (vide DHS 2003).

Para além disso, os mesmos dados demonstram uma discrepância no que respeita as variações geográficas. Efectivamente, as províncias do Norte, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa e Nampula, apesar de possuírem um maior potencial agrícola, exibem um maior índice de mal-nutrição comparativamente às províncias do Sul que possuem um menor potencial agrícola.

De entre outros aspectos, pode-se discernir duas lições: a primeira é de que as intervenções orientadas para o combate da pobreza absoluta e insegurança alimentar estão tendo um impacto positivo na redução da malnutrição aguda e pouco impacto na redução da malnutrição crónica; a segunda lição é de que a disponibilidade de alimento per si pode ser uma condição necessária para o combate da insegurança alimentar, mas não é suficiente. A questão de segurança alimentar deve ser vista em termos de disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos.

Quer o GAV quer o GAPSAN, dois dos grupos de trabalho de SETSAN,

demonstraram que a situação actual da segurança alimentar não é das melhores para o presente ano com o agravante de existirem bolsas de fome que poderão deteriorar-se ainda mais se as medidas de mitigação não forem tomadas atempadamente. Efectivamente, o GAPSAN identificou um total de 18 distritos como tendo tido escassez de alimento e estando em situação de muito preocupante ou extremamente preocupante, enquanto que o GAV identificou 22 distritos e 428.234 pessoas na situação de insegurança alimentar e nutricional. Esse grupo de pessoas precisará de assistência de imediato até a próxima colheita enquanto que 159.265 adicionais também necessitarão de assistência a partir de Outubro. Entretanto, o Departamento de Aviso Prévio/DINA identificou um total 265.642 famílias camponesas afectadas do ponto de vista agrícola. É dentro desses parâmetros que se propõe desenhar um plano de mitigação para lidar com os riscos de fome e de insegurança alimentar.

Contudo, as análises ao nível de distrito per si só e a própria intervenção planificada apenas a este nível escondem a realidade ao nível das localidades e, sendo assim, por vezes, não atingem os verdadeiros focos de fome.

Os factos acima espelham realidades irrefutáveis de que os programas de intervenções têm exibido distorções ou, pelo menos, não têm maximizado os resultados. De entre esses programas, importa mencionar os do Plano de Acção para a Mitigação da seca que, apesar de ter uma filosofia adequada, exhibe uma grande lacuna pelo facto de não ter uma visão holística e de não adoptar a perspectiva da indivisibilidade da pobreza e da insegurança alimentar. Portanto, não se pode combater a insegurança alimentar sem combater a pobreza e vice-versa e as acções devem ser definidas numa perspectiva descentralizada para se poder conciliar esses dois aspectos.

O primeiro Plano de Acção para Mitigação da seca foi desenhado pelo governo durante a campanha agrícola 2001/02 e, na campanha agrícola 2002/03, reajustado com acções estruturais com impacto a médio e longo prazos, procurando-se envolver ainda mais os distritos. Apesar do método utilizado na planificação das acções ter sido até certo ponto participativo, a recente avaliação do Plano de Acção mostrou haver lacunas. Não estavam claramente identificadas as intervenções ao nível de localidades, não se mostrando por isso, onde se realizam as acções planificadas, muito menos o envolvimento dos parceiros ao nível distrital e os recursos para executar as diversas actividades planificadas.

De facto, a recente avaliação do programa de mitigação cujos custos foram estimados em 3.900.000 \$USD concluiu, de entre outros aspectos, os seguintes:

- *É evidente, tanto através dos dados quantitativos como dos qualitativos, que a maioria dos actores do Governo envolvidos sente que a preparação e implementação do Plano foram participativas visto que envolveram comunidades locais e/ou organizações de camponeses.*
- *Devido a uma procura claramente maior do que os recursos disponíveis,*

*é importante que os futuros esforços de planificação incidam, tanto quanto possível, sobre a inclusão de "beneficiários pela primeira vez" a fim de estender o efeito dos esforços de mitigação a uma vasta porção da população.*

- *Embora a utilização de diversos actores do Governo e da sociedade civil, para aumentar a capacidade das DDADR, tenha tido um grande impacto no grau de implementação os resultados do estudo não demonstram claramente como estas relações operacionais são geridas no dia-á- dia.*
- *Os dados quantitativos ilustram claramente que, entre os agregados familiares inquiridos, a cobertura das actividades do Plano de mitigação, de um modo geral, é baixa. Contudo, há diferenças significativas nos índices de respostas relativas à implementação entre as províncias. É evidente que os agregados familiares entrevistados em Maputo beneficiam de um grau mais elevado de cobertura ou, pelo menos, de maior acesso aos esforços de mitigação do que as suas contrapartes em Gaza e Inhambane.*
- *A clara limitação dos recursos operacionais (transportes, combustível e despesas) ao dispor das Direcções Distritais de Agricultura para realizarem visitas efectivas de acompanhamento aos beneficiários das actividades do Plano de mitigação.*
- *A capacidade das organizações da sociedade civil para agirem como parceiros de implementação é limitada pelas suas próprias metas programadas e áreas geográficas de actuação. Ultrapassar estas limitações com vista a uma implementação eficaz nas áreas mais remotas é um desafio claro para o Governo.*
- *A incapacidade das DDADRs de acompanharem eficazmente a gama total de intervenções implementadas segundo o Plano, embora compreensível dado o seu objectivo, torna-se causa de preocupação. Para que as actividades de mitigação tragam benefícios a longo prazo, terão de ser acompanhadas de assistência técnica adequada.*

Entretanto, os dados dessa mesma avaliação demonstram a fraca abrangência das famílias aos programas de mitigação o que ilustra a grande discrepância entre os custos e benefícios sociais e mesmo económico. Assumindo que a amostragem foi aleatória e estatisticamente válida, pode-se afirmar que os programas ligados à agricultura cobriram entre 6,7% (caso da montagem das bombas) e 19,5% (para o caso de rama de batata doce) (vide tabela 1).

A tendência não é diferente em relação as actividades pecuárias, tendo variado entre 1,2% (tração animal) a 6,7% (para o caso da vacinação newcastle) (vide tabela 2)

**Tabela 1 Actividades mais representativas do Plano de Acção, citadas**

Beneficiou das seguintes actividades?	Sim		Não		Total
	Nº	%	Nº	%	
Ramos de Batata Doce	526	19.5	2175	80.5	2701
Sementes Melhoradas	366	12.8	2494	87.2	2860
Estacas de Mandioca	336	12.6	2332	87.4	2668
Produção Local de Sementes de Milho	194	7.2	2498	92.8	2693
Montagem e Instalação de Bombas	169	6.7	2556	93.3	2725

**Tabela 2 Intervenções mais Representativas na Pecuária – Amostra Total**

As Cinco Intervenções Mais Representativas do Plano de Acção na Pecuária, citadas	Sim		Não		Total
	Nº	%	Nº	%	
Vacinação Newcastle	191	6.7	2668	93.3	2859
Desparasitação	129	4.5	2732	95.5	2861
Produção de Cabritos	43	1.5	2820	98.5	2863
Outros	41	2.6	1559	97.4	1600
Tracção Animal	34	1.2	2858	98.8	2858
	<b>438</b>				

Fonte: Avaliação do Plano de Mitigação 2003/04, Austral, 2005

Essas simples evidências deixam patente de que na realidade os pressupostos da mitigação não estão a ser atingidos na sua totalidade, pelo simples facto de não estarem a ser preparados da perspectiva das comunidades e nem serem apresentados como um pacote integrado, com o agravante de não se ter criado um dispositivo da descentralização de recursos, a sua fiscalização e mesmo a sua monitoria de forma consistente.

Eis a razão que, baseado nas lições aprendidas, para a elaboração do presente Plano de Acção em resposta aos altos riscos da vulnerabilidade nos distritos afectados nas sete províncias, se adoptou uma metodologia participativa, base-topo, permitindo que as prioridades das intervenções sejam feitas a partir das localidades.

Com essa metodologia, pretende-se reforçar a pertença local dos programas de mitigação e assegurar uma gestão descentralizada e ter uma visão mais clara das prioridades. Para além disso, pretende-se assegurar um processo interactivo entre todos os intervenientes, com particular destaque para os doadores a fim de se revitalizar a confiança dos procedimentos em torno do plano de acção, tendo em conta o incremento da transparência, responsabilização e coerência na prestação de contas, uma das condições básicas de uma boa governação, algo coincidente com a postura e reivindicação dos novos Dirigentes do país.

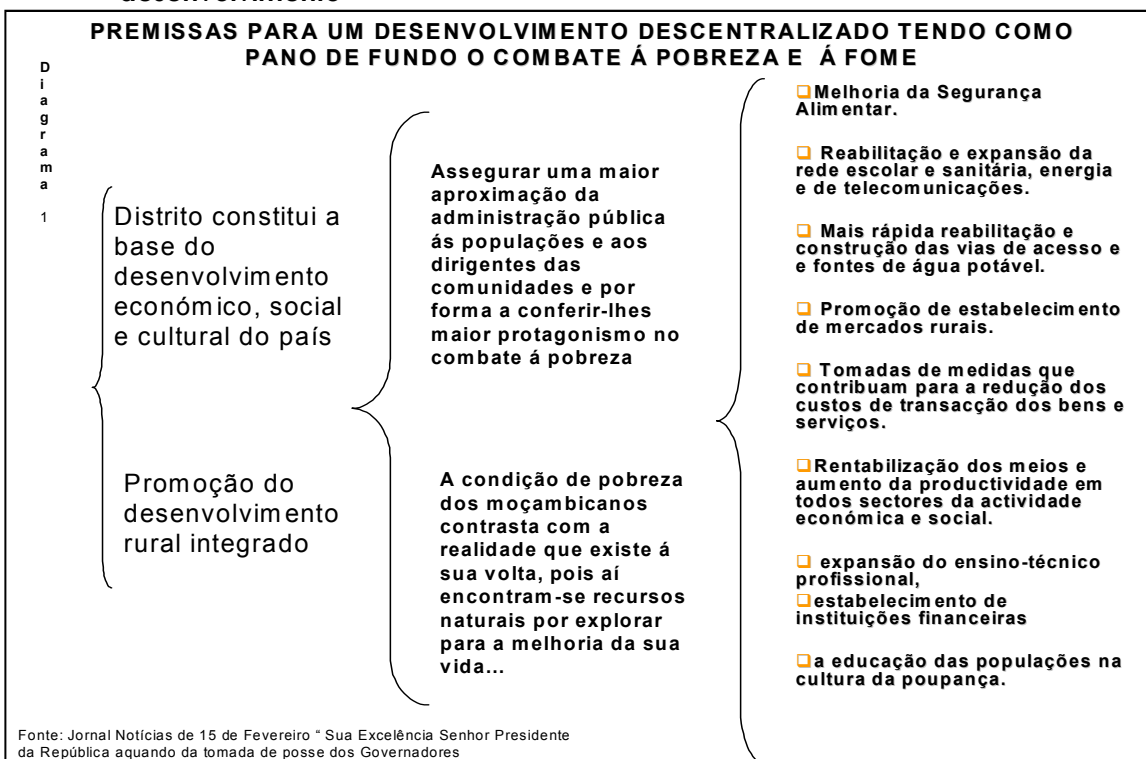
## B. Ajustes Rumo a Novos Desafios

A mudança de estratégia na planificação é oportuna e insere-se no contexto da nova filosofia do Governo em relação a planificação, a qual sustenta que o

distrito deve ser a base da planificação, o que constitui uma premissa básica para acelerar o combate à pobreza e à insegurança alimentar.

Os fundamentos dessa nova abordagem estão espelhados no **diagrama 1** e estabelecem como pressuposto de que o distrito deve ser a base do desenvolvimento económico, social e cultural do país e perspectiva a promoção de um desenvolvimento rural integrado. Essa visão tem como pano de fundo reforçar a ligação administração pública/dirigentes comunitários e as populações, visando um combate mais acérrimo à pobreza.

**Diagrama 1: Suporte para a nova abordagem em relação a planificação para o desenvolvimento**



O MINAG, não podia estar indiferente a esses pressupostos dos novos desafios no combate a pobreza e à insegurança alimentar, não só por ser uma instituição que lida com pelo menos 85% da população rural, mas também pelo facto da agricultura, por ser o sector primário, representar a base de desenvolvimento do país.

É aproveitando esse novo momentum que a instituição decidiu dar uma outra visão na estratégia da elaboração do Plano de Acção. A elaboração da nova metodologia adaptável e em resposta às premissas do combate à pobreza e à insegurança alimentar foi feita de forma participativa e multi-sectorial, constituído em equipas, envolvendo quadros do MINAG, FAO e ICRISAT, as quais visitaram os distritos identificados pelo Grupo de Análise de Vulnerabilidade como estando em situação de crise. Ao nível dos distritos, privilegiou-se a participação das autoridades distritais (DDA, e ou Administrações, INGC) e as ONGs.

---

---

## II. METODOLOGIA

---

### A. PROCEDIMENTOS

Um dos maiores desafios dos programas de intervenção no combate à pobreza e à insegurança alimentar tem a ver com a dificuldade em identificar os grupos alvos em termos espaciais. A dimensão dos distritos vis a vis as variações das densidades populacionais dentro de um mesmo distrito, aliado aos condicionalismos naturais, agravam ainda mais tal situação.

Por esse facto e como forma de se desagregar mais as intervenções, a equipa resolveu propor uma metodologia de análise ao nível das localidades. Com isso, pretende-se identificar com maior coerência as já conhecidas **“bolsas de fome e de insegurança alimentar”** e proceder com uma separação mais evidente entre os cenários da vulnerabilidade crónica da transicional ou aguda.

A metodologia que ainda está no processo de discussão e consolidação consiste em:

- Avaliar de forma integrada as três dimensões de Segurança Alimentar enquadradas na ESAN de forma participativa e desagregada ao nível da localidade, ou seja, a disponibilidade, acesso e utilização. (Vide tabela referente ao distrito de Magude no anexo A).
- Em função desses resultados, perspectivar o grau de vulnerabilidade e estimar as populações afectadas em três momentos (vide tabela referente ao exemplo do distrito de Chibuto no anexo A):
  - **Mínimo** referindo-se à estimativa da população que precisará de assistência imediata até a próxima colheita.
  - **Intermédia** referindo-se ao primeiro grupo da população acrescida da que poderá vir a necessitar de assistência a partir da próxima sementeira até a próxima colheita.
  - **Máxima** referindo-se ao primeiro e segundo grupos da população acrescidos da que poderá vir a necessitar de assistência a partir de Novembro/Dezembro.
- Estabelecer um Plano de Acção Distrital Desagregado ao nível da localidade, baseado na identificação real das prioridades de intervenção, (vide tabela 3).

A metodologia testada na província de Gaza pela equipa local durante o CFSAM demonstrou ser simples, factível e instrumental para assistir na planificação participativa. Discussão interna dentro do SETSAN serão no entanto levado a cabo, para refinar os detalhes e possível adopção no futuro.

Para o presente ano, não foi possível estimar a população vulnerável desagregando os três momentos acima descritos para minimizar o conflito com a metodologia do GAV e dar tempo ao grupo de reflectir se a nova proposta é coerente com o seu respectivo mandato e definir os trâmites para treinar os quadros provinciais e estabelecer o sistema. Enquanto isso, convencionou-se, para o presente ano, apenas usar os dados do GAV que definem dois momentos para a quantificar as populações vulneráveis à insegurança alimentar, sendo o primeiro referente às populações que necessitarão de assistência desde a data da avaliação até Março 2006 e o segundo que diz respeito à população que precisará de assistência a partir de Outubro.

É baseado nos dados provenientes dos levantamentos feitos nas tabelas 1 e 2 no anexo A , principalmente a da tabela 2 (coluna 8), que cada instituição, seja ela do Governo, Nações Unidas ou ONGs, poderia levar a cabo levantamento adicionais das prioridades de acordo com os seus mandatos, pertinência e disponibilidade de recursos. No entanto, para o caso da agricultura, a equipa desenvolveu a tabela 3 que traz a listagem de possíveis áreas de intervenções e que serviu de base para preparar o presente plano de acção. Nota-se que as actividades identificadas cobrem de um modo geral os aspectos da disponibilidade de alimento.

## **B. Inventário das Áreas Prioritárias das Intervenções**

Usando a planilha em questão (tabela 3), a equipa deslocou-se às províncias consideradas afectadas para a identificação das prioridades da perspectiva local. Para tal, para além de debater a pertinência das informações referentes às tabelas 1 e 2 como base para avaliação da situação alimentar no futuro, debateu-se também a identificação das intervenções. Como resultado, para cada localidade, foram definidas as actividades prioritárias, metas a serem atingidas, número de famílias a serem abrangidas com cada actividade, recursos necessários e os respectivos orçamentos.

Foi em função disso que foi possível elaborar o plano de acção desagregado que será analisado a seguir, permanecendo ainda os desafios de consolidar e estabelecer a metodologia ora proposta que, conforme será documentado mais adiante, exhibe inúmeras vantagens.

**Tabela 3 Possíveis Assistência no Âmbito do Plano da Mitigação da Seca nas localidades entre Julho 2005/Março de 2006**

Distrito	Posto Administrativo	Localidades	Identificação de Possíveis Assistência ao Governo nas Áreas de Intervenção da FAO ao nível das localidades no âmbito do Plano de Mitigação da Seca entre Julho de 2005 a Março de 2006																	
			Material Vegetativos Resistentes á seca	Feiras de Insumo	Feiras Agro-pecuário	Uso das Terras Baixas	Cultivo de Hortícolas	Pequenos regadios	Técnicas de Conservação das águas das Chuvas	Uso e gestão de Pastos	Assistência Veterinária	Aluguer de animais de tracção	Gestão de sistemas de irrigação de pequena escala	Incremento de animais de tracção	Assistência técnica na produção, consumo e processamento de leite	Promoção de piscicultura	Educação nutricional e HIV/SIDA	Assistência técnica no combate às pragas pós-colheita	Assistência ao SETSAN no estabelecimento do FAF (Fichas de Alerta a Fome) e no PPF (Plano de Prevenção contra Fome)	Consolidação e possível expansão do programa de hortas escolar
Funhalouro	Sede	Mucuhuine																		
		Manhica																		
		Mavume																		
	Tome	Tome																		
		Tsenane																		
		Total Funhalouro																		

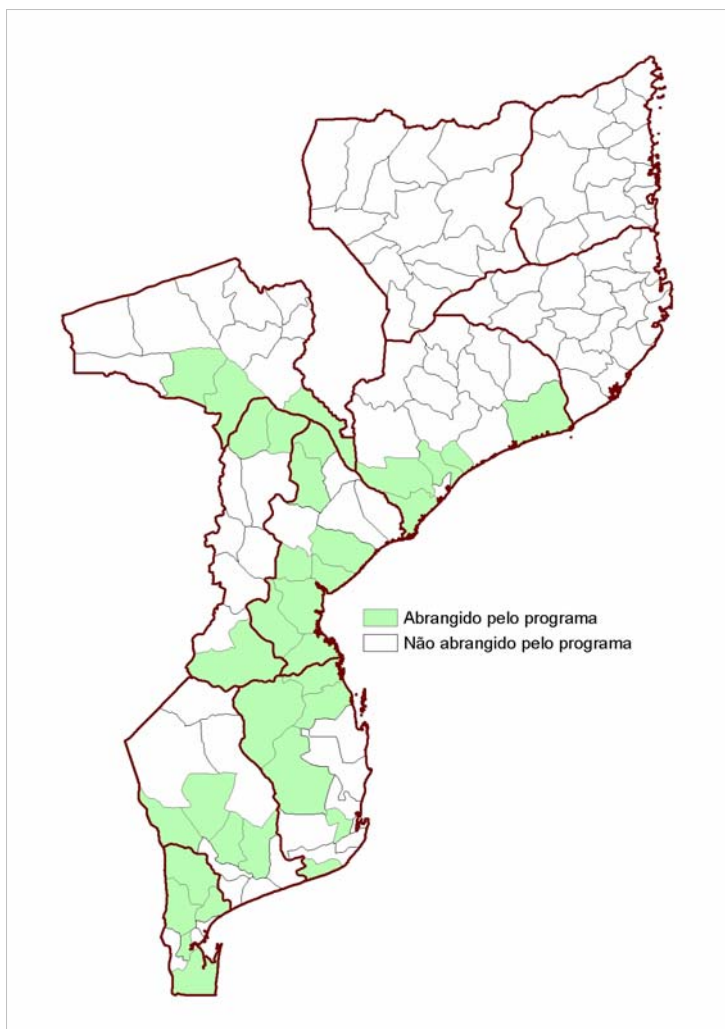


## C. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

Face á situação corrente da seca, as agências das Nações Unidas decidiu estabelecer uma estratégia comum de assistência aos diversos sectores do Governo. No caso da FAO, MINAG é o parceiro natural. Foi nesse contexto que uma equipa multi-disciplinar com quadros do Aviso Prévio, IIAM, SARNET e ICRISAT e a própria FAO resolveram aplicar a metodologia acima mencionada para preparar o Plano de Acção para a Mitigação da Seca, plano esse que veio complementar o anteriormente elaborado pelo Governo.

Para esse propósito, a equipa, com a assistência da FAO, foi treinada na metodologia mediante sessões diversas. Após isso, tendo em conta as recomendações do GAV, foram seleccionados os distritos mais vulneráveis em cada uma das sete províncias afectadas (vide mapa referente aos distritos abrangidos).

### Mapa 1 Distrito abrangidos pelo progarma de mitigação



Tendo em conta os contrangimentos de recursos e a necessidade de se elaborar o plano de acção que deve ser implementado ainda antes do início da campanha, a equipa adoptou a seguinte estratégia:

- Em cada província visitar dois a três distritos para identificar in loco e mediante discussão com as estruturas locais as prioridades dos programas de mitigação que poderiam ser levados a cabo.
- Convidar os DDAs dos demais distritos indentificados como vulneráveis para uma sessão de trabalho individual visando revisitar a

situação de segurança alimentar e a agenda das intervenções.

- Para cada um dos casos, esforços foram feitos no sentido de identificar as actividades inscritas no PAAO e os respectivos valores.
- O exercício acima mencionado foi sempre precedido de um encontro com a Direcção Provincial de Agricultura, Serviços Provinciais de Agricultura, SETSAN provincial e a delegação provincial de INGC.
- Quando possível, quer ao nível dos distritos quer ao nível provincial, privilegiou-se a participação das ONGs como forma de integrar as suas acções e encorajá-las a ter um papel mais activo nos próximos anos na adopção dessa metodologia.
- No fim do trabalho de campo, realizou-se uma reunião de balanço para as últimas concertações com as autoridades provinciais.

---

### III. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES DAS TENDÊNCIAS DAS OPÇÕES

---

Dada a complexidade e o volume dos diversos planos, propõe-se apresentar um exemplo de um plano distrital, mantendo no entanto as demais planilhas num documento em separado para além dos exemplos do plano provincial e nacional que encontra no **anexo B**.

#### A. Estrutura da Planilha de Plano de Acção Distrital (exemplo Mabote)

A estrutura da planilha relacionada aos planos de acção distrital tem para além da coluna que o identifica dentro do distrito, também as diferentes localidades abrangidas. Para além disso, conforme ilustrado na coluna 3 da tabela 6 apresenta-se as diferentes acções de forma detalhada. Na mesma tabela na coluna 4, espelha-se a área total ou a quantidade de itens (projectos ou equipamento) que se pretende atingir. As colunas 5 e 6 apresentam o número total de agregados familiares envolvidos na actividade e as que potencialmente poderão vir a beneficiar-se indirectamente.

A mesma planilha identifica ainda a origem dos materiais/matéria prima, o orçamento total, a parte contemplada no PAAO, o défice e possíveis fontes/parceiros de financiamento, conforme reflectido nas colunas 7, 8, 9, 10 e 11 respectivamente. Finalmente, ainda estão inclusos um cronograma para o início da actividade, o executor e a supervisão, reflectidos nas colunas 12, 13 e 14.

Um exemplo do plano provincial de Sofala e o plano nacional encontra-se no **anexo B** sob o qual incidirá as análises a seguir.

**Tabela 4 Planilha do Plano de Acção para a Mitigação da Seca do Distrito de Mabote, Província de Inhambane**

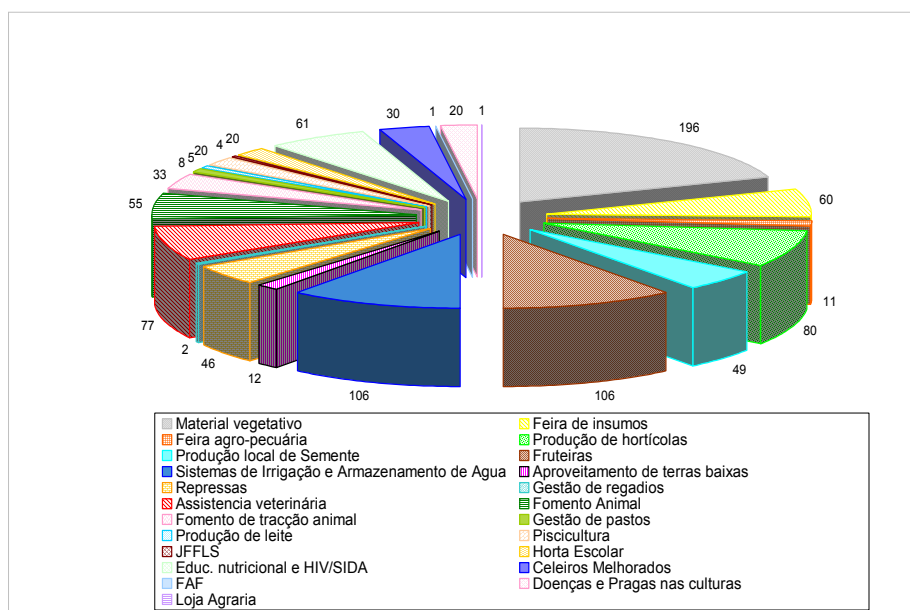
Distrito	Localidades	Ações/Tipos de Intervenções	Área prevista (Ha)/Quantidade	Famílias beneficiárias		Origem de Material	Potencial Parceiro para Financeiro	Orçamento em \$USD ao Câmbio \$USD=25,000Mts			Cronograma	Executor	Supervisor
				Directos	Indirectos			Total	No PAAO	Fora do PAAO			
				5	6			9	10	11			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Mabote	Mabote sede	Produção de hortícolas	2	200	350	Maxixe/Inhambane	DPA/Kulima	480	140	340	Mar-Jul	camponeses singulares	DDA
	Mabote sede	Construção de Bebedouros	2	1800	1500	Maxixe	DDA/Kulima	144	48	96	Jul Set	empregados e criadores	DDA/Kulima
	Mabote sede	Fomento de gado bovino	4	40	2900	Mabote	Kulima	1120	0	1120	Jun-Agos	DDA e Kulima	DDA/Kulima
	Mabote sede	Pulverização de cajueiros	3600	700	2100	Maxixe	Incaju	600	600	0	Jul-Out	Provedores	DDA/Incaju
	Mabote sede	Feira de insumos	2	150	300	Maputo	Kulima/FAO	2320	2320	0	Agos- Set	DDA	DPA e DDA
	Papatane	Produzir estacas de mandioca:	15	160	1800	Massinga/Nhacoongo	DDA e Kulima	1400	760	640	Abr-Out	grupo de camponeses	DDA
	Papatane	Produção de hortícolas	1	30	240	Maxixe/Inhambane	DPA/Kulima	240	0	240	Mar-Jul	camponeses singulares	DDA
	Papatane	Construção de Bebedouros	1	90	500	Maxixe	DDA	72	72	0	Jun Set	empregados e criadores	DDA
	Papatane	Fomento de gado bovino	26	13	500	Mabote	Kulima	7280	0	7280	Jun-Agos	DDA/Kulima	DDA/Kulima
	Papatane	Feira de insumos	1	500	1000	Maputo	Kulima/FAO	9600	0	9600	Jul Set	DDA	DPA e DDA
	Ndzimame	Rabilt. de manga de tratamento de gado	1	1000	2000	Maxixe/Mabote	DDA/Kulima	108	0	108	Agos-Out	Criadores/ Kulima	DDA/Kulima
	Ndzimame	Multiplicação de socas de anaseiros	1.5	50	130	Mabote	Kulima	1180	0	1180	Agos-Out	grupo de camponeses	DDA/Kulima
	Mbenzane	Multiplicação de socas de anaseiros	2	40	100	Muxungue	Kulima	1400	0	1400	Jul-Nov	grupo de camponeses	DDA/Kulima
	Mbenzane	Multiplicação de esatacas de mandioca	2	400	1200	Massinga/Nhacoongo	Kulima	280	0	280	Set-Out	grupo de camponeses	DDA
	Maculuve	Multiplicação de socas de anaseiros	3	100	210	Muxungue	DPA	2360	2360	0	Mai-Jul	grupo de camponeses	DDA
	Maculuve	Pulverização de cajueiros	5000	1000	2100	Maxixe	Incaju	1400	1400	0	Jul-Out	Provedores	DDA/Incaju
	Maculuve	Montagem de um peq. sistema de irrigação	1	10	40	Maxixe	DDA	320	320	0	Jun-Agos	grupo de camponeses	DDA
	Maculuve	Construção de tanque piscícola	1	50	150	Massinga Panda	DDA	300	300	0	Jul-Nov	grupo de camponeses	DDA
	Mussengue	Multiplicação de socas de anaseiros	1.5	50	100	Muxungue	DPA	1180	1180	0	Jul-Out	alunos escolares	DDA/DDE
	Mussengue	Pulverização de cajueiros	10000	2000	3000	Maxixe	Incaju	2800	2800	0	Jul-Out	Provedores	DDA/Incaju
Mussengue	Vacinação de galinhas contra Newcastle	6000	300	520	Maxixe SPP	DDA	120	120	0	Jun-Jul	DDA e Promotores	DDA	
Tanguane	Montagem de um peq. sistema de irrigação	1	10	40	Maxixe	DDA	320	320	0	Jun-Agos	grupo de camponeses	DDA	
Tanguane	Construção de tanque piscícola	2	54	162	Massinga e Panda	DDA	600	600	0	Jul-Dez	grupo de camponeses	DDA	
<b>Total Mabote</b>								<b>35624</b>	<b>13340</b>	<b>22284</b>			

## B. Padrões Gerais na Escolha dos Tipos de Programas

A demanda pelas actividades tiveram variações substanciais de província para província, reflectindo a realidade de cada localidade. Isso por si só demonstra que não se pode generalizar as opções e que o uso do esquema base-topo permite reflectir com maior coerência as prioridades do ponto de vista da realidade local.

De acordo com os dados, os programas de material vegetativo foram os mais preferidos, tendo-se verificado essa opção em 196 localidades. A segunda preferência foi para sistemas de irrigação e armazenagem de água e fomento frutícola ocorridos em 106 localidades cada, produção de hortícolas em 80 e assistência veterinária em 77 localidades. Outras opções de peso têm a ver com a feira de insumo, a educação nutricional e HIV/SIDA e fomento animal com 60, 59 e 55 casos respectivamente.

**Gráfico 1 Distribuição de número de Localidades que escolheram as alternativas das actividades**



O gráfico 1 ilustra a distribuição de todas as actividades. Importa destacar a diversificação das mesmas e a emergência de novas actividades que normalmente não costumavam fazer parte dos planos de

acção, nomeadamente a gestão de pastos, a educação nutricional e HIV/SIDA, celeiros melhorados, etc.

Como forma de facilitar a interpretação de resultados, agrupou-se as actividades em categorias, tendo-se destacado os seguintes grupos:

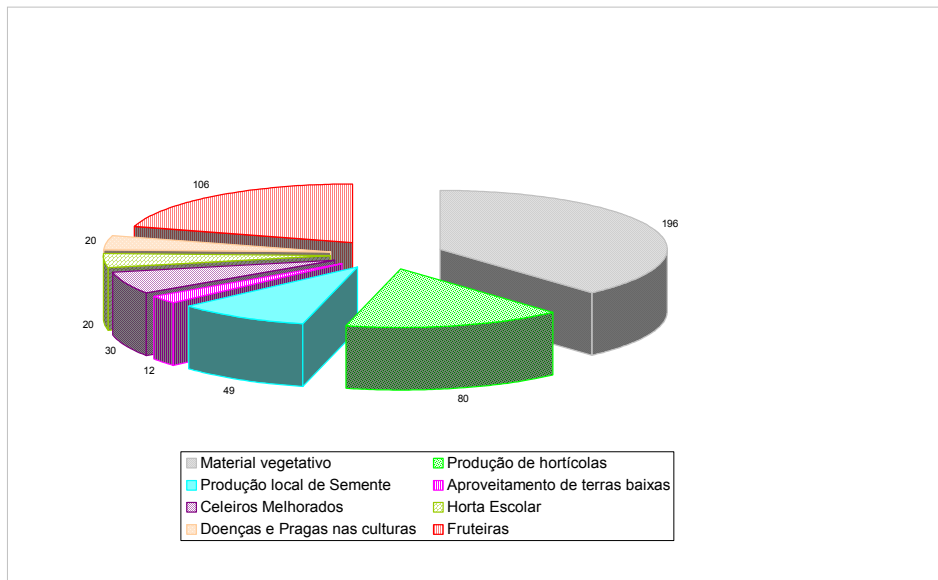
- Actividades mais directamente ligadas à agricultura que engloba: material vegetativo, produção de hortícolas, produção local de sementes, aproveitamento das baixas, celeiros melhorados, hortas escolares, combate a pragas e doenças e fruticultura.
- Actividades mais directamente ligadas a pecuária que englobam:

assistência veterinária, fomento de tracção animal, fomento pecuário, gestão de pastos e produção de leite.

- Finalmente, agrupou-se ainda as actividades que são comuns quer à agricultura quer à pecuária que incluem: feiras de insumo, feiras agro-pecuárias, sistemas de regadios e armazenamento de água, gestão de regadio, piscicultura, educação nutricional, junior farming school (escola da vida), fichas de alerta a fome e loja agrária. (Vide mapa da distribuição das actividades por distrito no **anexo C**).

A tabela **5** ilustra a situação da primeira categoria por distrito. Um total de 513 localidades seleccionaram actividades relacionadas directamente à agricultura, das quais 196 referentes a materiais vegetativos, 106 a fruteiras, 80 à produção de hortícolas, 49 à produção local conforme ilustrado no gráfico 2 que também apresenta os demais casos.

**Gráfico 2 Número de Localidade que optaram a area de agricultura**



Os materiais vegetativos foram mais solicitados nos distritos de Maputo, Sofala e Gaza, enquanto que a produção de hortícolas teve maior expressão na

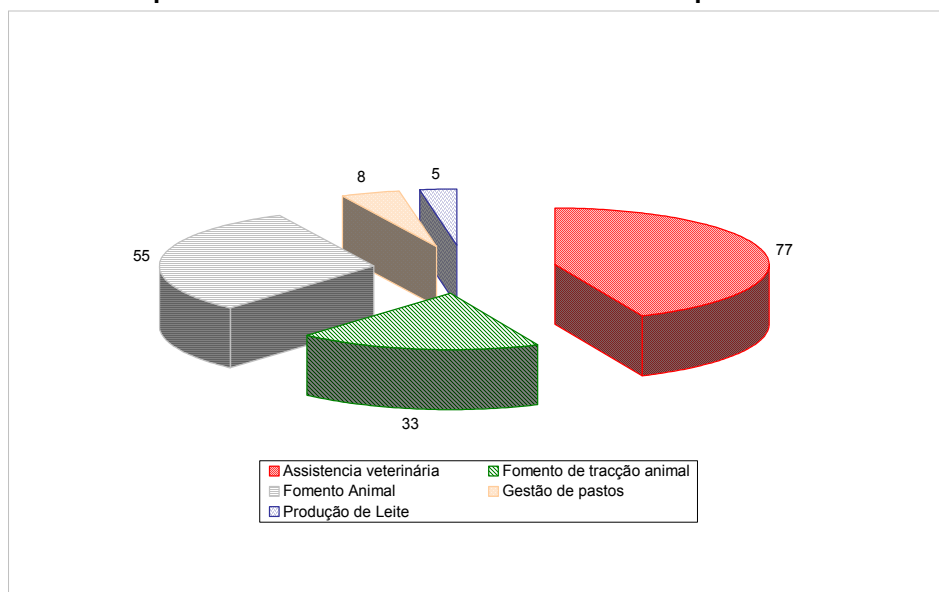
Zambézia e a produção de sementes em Sofala. É ainda nessa província onde os programas da horta escolar têm mais peso enquanto que em Inhambane evidenciou-se o fomento de fruteiras.

**Tabela 5 Distribuição das Actividades Directamente Ligadas a Agricultura por Distrito**

Provincia	Distritos	Material vegetativo	Produção de hortícolas	Produção local de Semente	Aproveita/ de terras baixas	Celeiros Melhorados	Horta Escolar	Doenças e Pragas nas culturas	Fruteiras
Maputo	Manhiça	14	4			9			6
	Boane	4							2
	Magude	7	2						4
	Matituine	12	5						5
	Moamba	14	3						4
<b>Sub-total Maputo</b>		<b>51</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21</b>
Gaza	Chibuto	6	3						
	Chicualacuala	8	3		1	7			
	Guija	10	2		2	8			
	Mabalane	6	5						
	Massingir	6	1			4			1
<b>Sub-total Gaza</b>		<b>36</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Inhambane	Funhalouro	4	2						5
	Govuro	2	5						13
	Homoine	3	2	1				4	6
	Inhassoro	2	1	1				4	7
	Mabote	5	3			1		3	5
	Zavala	1	4	1				4	10
<b>Sub-total l'bane</b>		<b>17</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>46</b>
Sofala	Buzi	7		10			2		2
	Chemba	7		1			1		1
	Chibabava	6		1			1		
	Dondo	17		1					8
	Machanga	4		6					3
	Maringue	2		3			3		
	Muanza	4		3			2		
	Nhamatanda	4		12			2		2
<b>Sub-total Sofala</b>		<b>51</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
Manica	Guro		1						
	Machaze	1	1						
	Tambara	1							
<b>otal Manica</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Tete	Cahora Bassa	2	1		1	1	2		
	Changara	3							
	Chiuta	2			2				
	Mutarara	5	3						
	<b>Total Tete</b>		<b>12</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
Zambezia	Chinde	2	11		2		1	3	7
	Mopeia	3	5	3			2	1	5
	Namacurra	9	4	4	4				
	Nicoadala	5	6	2			2		
	Pebane	8	3				2	1	10
<b>Total Zambezia</b>		<b>27</b>	<b>29</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>22</b>
<b>Total Geral</b>		<b>196</b>	<b>80</b>	<b>49</b>	<b>12</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>106</b>

No que respeita às actividades pecuárias registou-se um total de 178 casos, dos quais 77 relacionados à assistência veterinária, 55 ao fomento de animal, 33 ao fomento de tracção animal, 8 na gestão de pastos e 5 associados à produção do leite conformem apresentado no gráfico 3.

**Gráfico 3 Tipo de actividades Pecuárias selecionadas pelas Localidades**



A tabela 6 mostra que a província de Inhambane seguida de Maputo e Gaza são as que mais enfatizaram as prioridades para a assistência veterinária. Já quando se trata de

fomento de tracção animal, Maputo e Gaza foram as que manifestaram maiores opções para esse tipo de actividade. Em constraste, Sofala, Zambézia e Inhambane foram as que apresentaram maior interesse para o fomento de animais. A preferência para a gestão dos pastos aparece mais nas províncias de Gaza e Maputo.

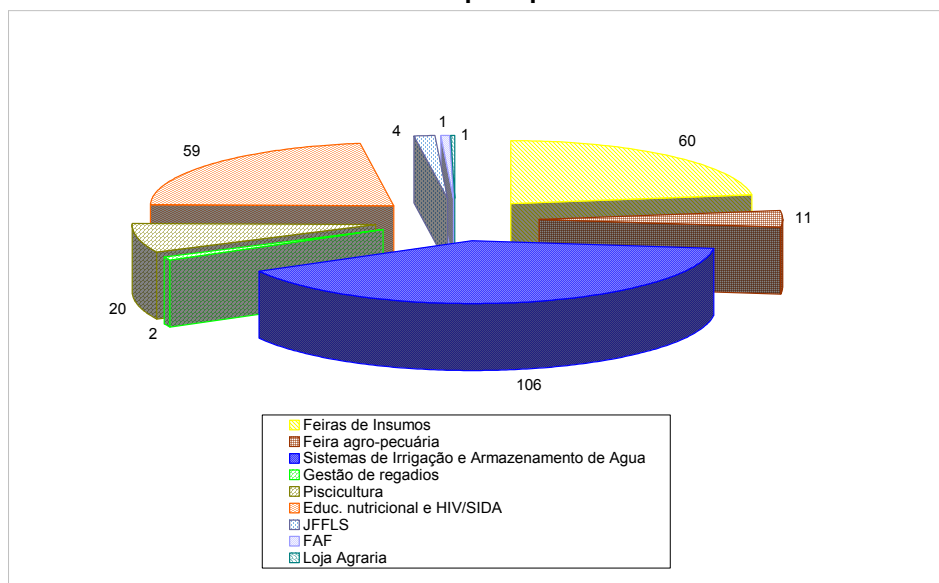
**Tabela 6 Actividades Mais Directamente Ligadas à Pecuária**

Província	Distritos	Assistência veterinária	Fomento de tracção animal	Fomento Animal	Gestão de pastos	Produção de Leite
Maputo	Manhiça	9	7		3	
	Boane		2			
	Magude	4				
	Matituine	3	1			5
	Moamba	9	8	1		
<b>Sub-total Maputo</b>		<b>25</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
Gaza	Chibuto	1	1	1		
	Chicualacuala	7				
	Gujja		7			
	Mabalane		3	2	4	
	Massingir	2				
<b>Sub-total Gaza</b>		<b>10</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Inhambane	Funhalouro	7		2		
	Govuro	6		1		
	Homoine	6		1		
	Inhassoro	6				
	Mabote	5		2		
	Zavala	5				
<b>Sub-total l'bane</b>		<b>35</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Sofala	Buzi			4		
	Chemba					
	Chibabava			3		
	Dondo					
	Machanga			11		
	Maringue			6		
	Muanza			2		
	Nhamatanda			7		

Província	Distritos	Assistência veterinária	Fomento de tracção animal	Fomento Animal	Gestão de pastos	Produção de Leite
<b>Sub-total Sofala</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Manica	Guro					
	Machaze	1				
	Tambara					
<b>Sub-total Manica</b>		<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Tete	Cahora Bassa	1	2	1	1	
	Changara					
	Chiuta					
	Mutarara					
<b>Total Tete</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Zambézia	Chinde	2				
	Mopeia	1		7		
	Namacurra	2		4		
	Nicoadala		1			
	Pebane		1			
<b>Total Zambézia</b>		<b>5</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>		<b>77</b>	<b>33</b>	<b>55</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

No concernente às actividades comuns, a pecuária e a agricultura registaram um total de 264 casos dos quais 106 associados aos sistemas de regadio, 60 relacionadas às feiras de insumo e 59 à educação nutricional e HIV/SIDA. O gráfico 4 ilustra esses factos e demais casos relacionados às actividades dentro desta categoria.

**Gráfico 4 Número de Localidades que optaram em area comuns de actividades**



A tabela 7 mostra a preferência de Gaza, Inhambane e Maputo no que respeita as feiras de insumo. Entretanto, em relação aos sistemas de regadio, Maputo, Sofala e

Gaza foram as que registaram maiores números de localidades preferindo esta actividade. A piscicultura tem maior expressão na Zambézia e a Educação nutricional em Maputo.



**Tabela 7 Actividades Comuns a Agricultura e Pecuária**

Provincia	Distritos	Feiras de Insumos	Feira agro-pecuária	Sistemas de Irrigação e Armazenamento de Agua	Gestão de regadios	Piscicultura	Educ. nutricional e HIV/SIDA	JFFLS	FAF	Loja Agraria
Maputo	Manhiça	5	1	8			12			
	Boane	1					4			
	Magude	2		4		1	4			
	Matituipe	2		9		2	12			
	Moamba	3	1	10			9			
<b>Sub-total Maputo</b>		<b>13</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Gaza	Chibuto	4		3			2			
	Chicualacuála	4		5						
	Guija	8		4						
	Mabalane	2		5	2					
	Massingir	3		3						
<b>Sub-total Gaza</b>		<b>21</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Inhambane	Funhalouro	3				1	2			
	Govuro	3					2			
	Homoine	2		1						
	Inhassoro	3								1
	Mabote	2		2		2				
	Zavala	2		1			1			
<b>Sub-total l'bane</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Sofala	Buzi			4			3			
	Chemba			4			1	1		
	Chibabava			3			1	1		
	Dondo			8						
	Machanga			3			2			
	Maringue			2			1			
	Muanza									
	Nhamatanda			6			1			
<b>Sub-total Sofala</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Manica	Guro	1								
	Machaze	1	1							
	Tambara		1	1						
<b>Sub-total Manica</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Tete	Cahora Bassa	4	2			2	2	2	1	
	Changara		2	1						
	Chiuta	2								
	Mutarara	1	2							
<b>Total Tete</b>		<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Zambézia	Chinde		1							
	Mopeia	1		4		1				
	Namacurra	1		8		7				
	Nicoadala			4						
	Pebane			3		4				
<b>Total Zambézia</b>		<b>2</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>		<b>60</b>	<b>11</b>	<b>106</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>59</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

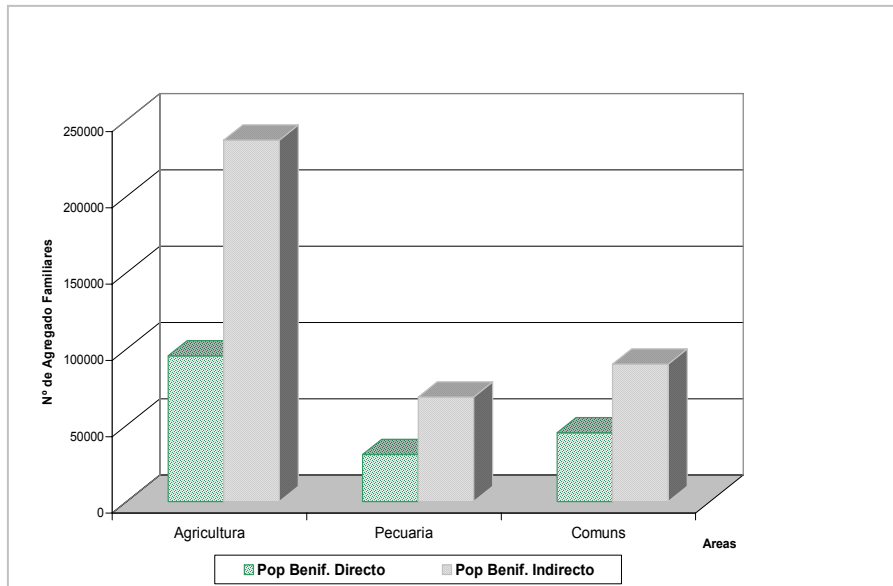
### C. Previsão do Impacto Geral em Termos de Beneficiários

Em termos gerais, preconiza-se que um total de 171.591 agregados familiares beneficiarão de forma directa dos quais 95.554 ligado a agricultura, 30.903 a pecuária e 45.134 relacionado a actividades comuns a esses dois sectores.

Entretanto, as diversas actividades também têm efeitos indirectos noutros agregados familiares. Por exemplo a produção de 1 ha de mandioca poderá beneficiar directamente cerca de 50 agregados familiares assumindo a distribuição de 200 estacas por agregado familiar. Contudo, o material

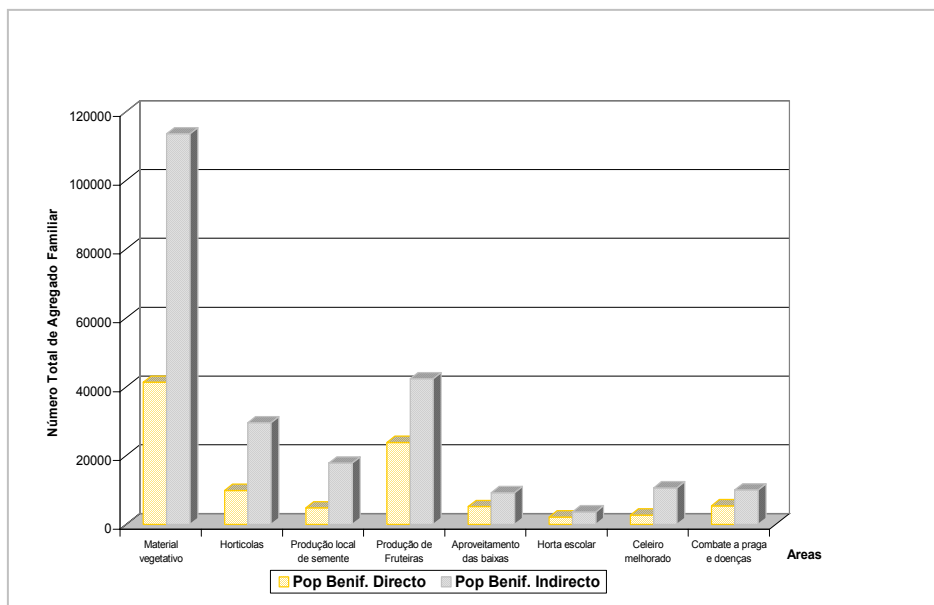
vegetativo proveniente deste 1 ha poderá ser suficiente para plantações adicionais de 10 ha na campanha agrícola subsequente à plantação inicial podendo beneficiar 500 agregados familiares de forma indirecta.

**Gráfico 5 AFs potêncialmente beneficiários pelos programas de Mitigação**



Por isso, preconiza-se que os diversos programas poderão beneficiar ainda indirectamente um número considerável de agregados familiares conforme ilustrado no gráfico 5.

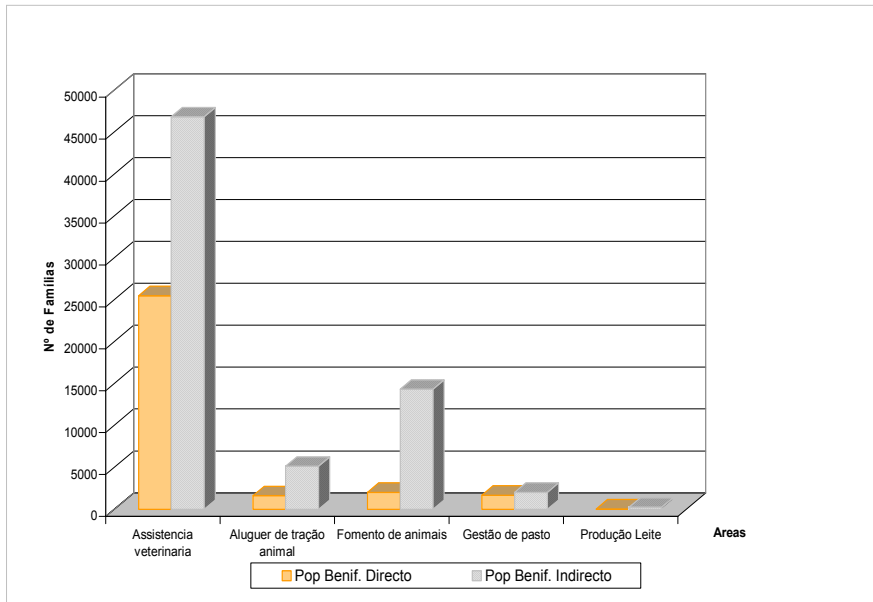
**Gráfico 6 Distribuição de agregado familiares que beneficiam directa e indirectamente pelas actividades Agrícolas**



Em relação as actividades de agricultura, nota-se que os materiais vegetativo é a que vai beneficiar um maior número de agregados familiares de forma directa (41.380) seguido de de fruticultura (23.862),

horticultura (9.902) e produção de sementes (4.832). (Vide gráfico 6).

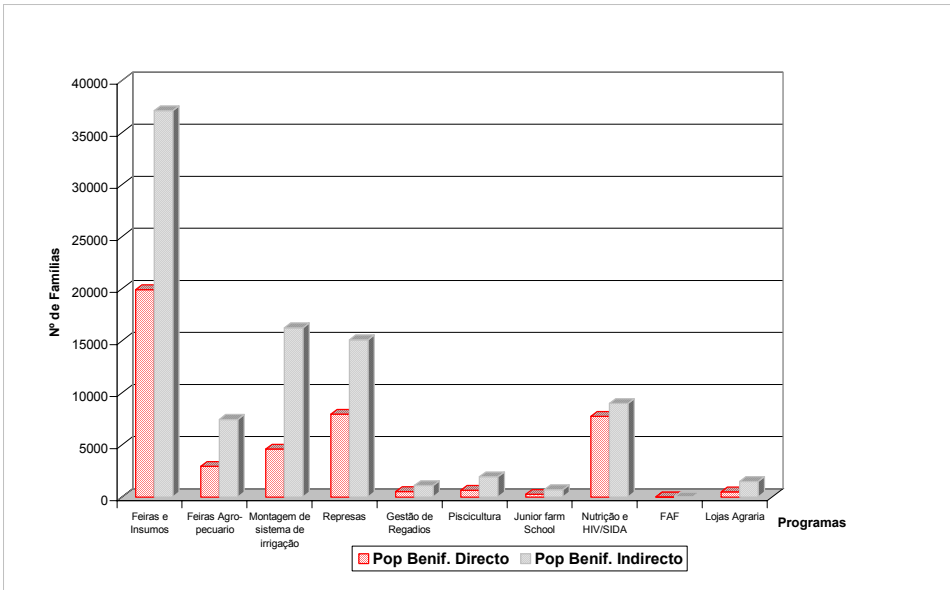
**Gráfico 7 Distribuição dos AFs beneficiários Directa e Indirecta na Pecuária.**



Entretanto, dentro das actividades da pecuária, a assistência veterinária lidera a abrangência dos agregados familiares com cerca de 25.502 afs, tracção animal com 2.026 e o fomento de animais e

gestão de pastos com um número próximo de 1685. (vide gráfico 7).

**Gráfico 8 Distribuição dos AFs Directa e Indirecta Beneficiados nas Areas Comuns**



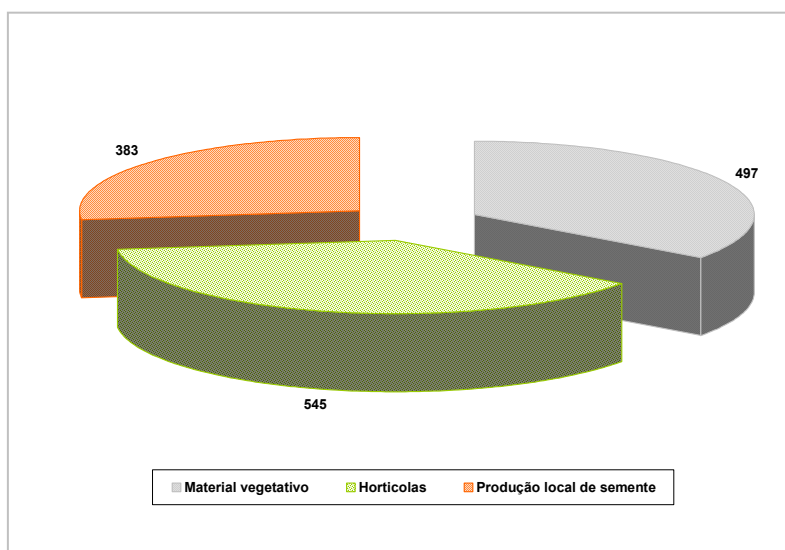
Já no contexto das actividades comuns, a liderança está com as feiras de insumo que poderá atingir de forma directa 19.330 afs, seguido de construção de represas

com 7.964, nutrição HIV/SIDA com 7.753 e sistema de irrigação abrangendo 4.610 afs.

O **anexo B** apresenta os respectivos mapas e tabela de distribuição das diversas actividades e as respectivas abrangências dos afs por distrito.

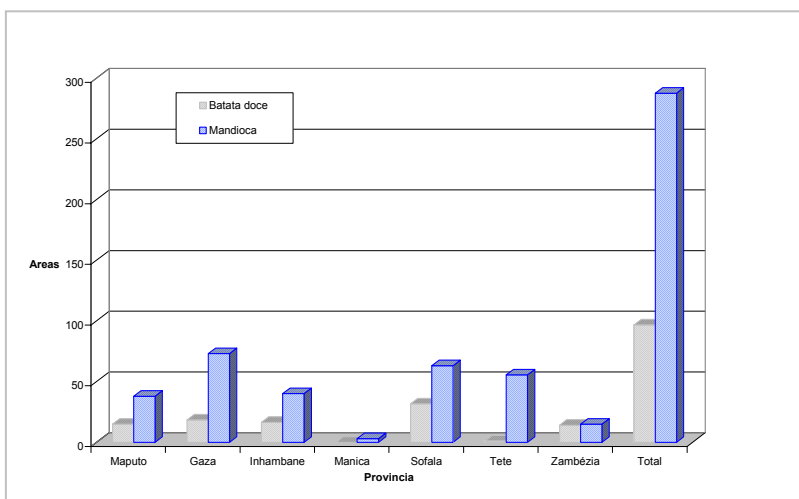
## D. Área Potencial que Possa Ser Cultivada Com os Programas

**Gráfico 9 Distribuição das Areas nas Actividades Seleccionadas em Ha**



As actividades de maior expressão na agricultura são: material vegetativo, fomento de hortícolas e produção de sementes locais. Para o efeito, preconiza-se que um total 1.425 ha serão cultivadas de forma directa dos quais 545 associadas a horticultura, 497 a material vegetativo e 383 a produção de sementes. (Vide gráfico 9)

**Gráfico 10 Distribuição da Área da mandioca e batata doce potencialmente a Ser cultivado**



No que respeita ao material vegetativo, a mandioca e batata doce são as duas principais culturas e preconiza-se que uma área total de 288 Ha da mandioca e 97 com a batata doce poderão ser formentadas durante esse plano de acção. Quando analisado essa distribuição por província em relação

a mandioca, Gaza lidera com 73 ha, seguido de Sofala com 63, Tete com 56 e Inhambane com 40 ha. Já no que respeita a batata doce a província de Sofala poderá ter a liderança com 31 ha, Gaza com 18 e Inhambane 17. Esta informação é pertinente, pois permite uma planificação mais adequada dos parceiros na assistência com o material vegetativo dessas duas culturas, principalmente a SARNET, que poderá ser até desagregado ao nível das localidades.

## E. Cronograma das Actividades

A implementação da maioria das actividades está preconizada para o período de Agosto a Março de 2006. O cronograma 1 exemplifica as actividades para a província de Gaza e os demais para as outras províncias estão no anexo E

### Cronograma 1 Actividade na província de Gaza

ID	Name de Actividade	Duração	Começo	Termina	2005																	
					Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Jan	Feb	Mar								
1	 Material Vegetativo	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
2	 Feiras e Insumos	65 days?	Thu 9/1/05	Wed 11/30/05																		
3	 Hortícolas	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
4	 Montagem de sistema de irrigação	109 days?	Thu 9/1/05	Tue 1/31/06																		
5	 Aproveitamento das baixas	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
6	 Represas	152 days?	Thu 9/1/05	Fri 3/31/06																		
7	 Gestão de Regadios	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
8	 Assistência veterinária	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
9	 Fomento de animais	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
10	 Aluguer de tração animal	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
11	 Gestão de pasto	129 days?	Thu 9/1/05	Tue 2/28/06																		
12	 Nutrição	108 days?	Thu 9/1/05	Mon 1/30/06																		
13	 Celeiro melhorado	132 days?	Thu 9/1/05	Fri 3/3/06																		

---

---

## IV. ANÁLISE ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

---

### A. Orçamento Geral Comparado com PAAO e outros Fundos

As análises orçamentais representam o resultado da compilação dos orçamentos das diversas actividades de cada localidade nos diversos distritos. Os mesmos foram estimados baseado nos cálculos feitos pelos quadros locais e convertidos em dólares ao câmbio de \$USD=25,000Mts. Assim, o orçamento total das actividades do plano de acção para as sete províncias afectadas pela estiagem situa-se á volta de **2.123.643,00 \$USD**. Quando desagregado por província, Maputo e Gaza são as que apresentam valores orçamentais mais elevados, á volta de **755.392,00** e **620.739,00 \$USD**, comparados com o de Manica e Zambézia com apenas **52.283,00** e **84.932,00 \$USD** respectivamente. Essa discrepância tem a ver não só com a grande diferença em termos de número de distritos inclusos, mas também com o número de actividades e custos ao nível das localidades. (Vide tabela 8 para demais detalhes em relação a outras províncias).

O PAAO contempla já o equivalente a **552.156,00 \$USD** ou seja 26% do total do orçamento apresentado. Curiosamente, é notória também a discrepância nos valores atribuídos através de PAAO, destacando-se que só a província de Maputo absorve cerca de **254.080,00 \$USD** e Inhambane com **104.979,00** representando 46.% e 19 % respectivamente do valor total do PAAO.

Para além do fundo do PAAO, a equipa foi informada da existência de um fundo adicional no valor de cerca de **400.000,00 \$USD** disponibilizado pelo Ministério de Finanças ao Ministério da Agricultura a ser distribuído entre as províncias para intervenções no âmbito da mitigação da seca. Em termos de análises financeiras, julgamos ser pertinente integrar esse montante nas análises orçamentais. Se assim for, então o valor disponibilizado pelo Estado poderá totalizar-se em cerca de **952.156,00 \$USD** ficando como défice **1.171.488,00 \$USD** para cobrir as necessidades orçamentais.

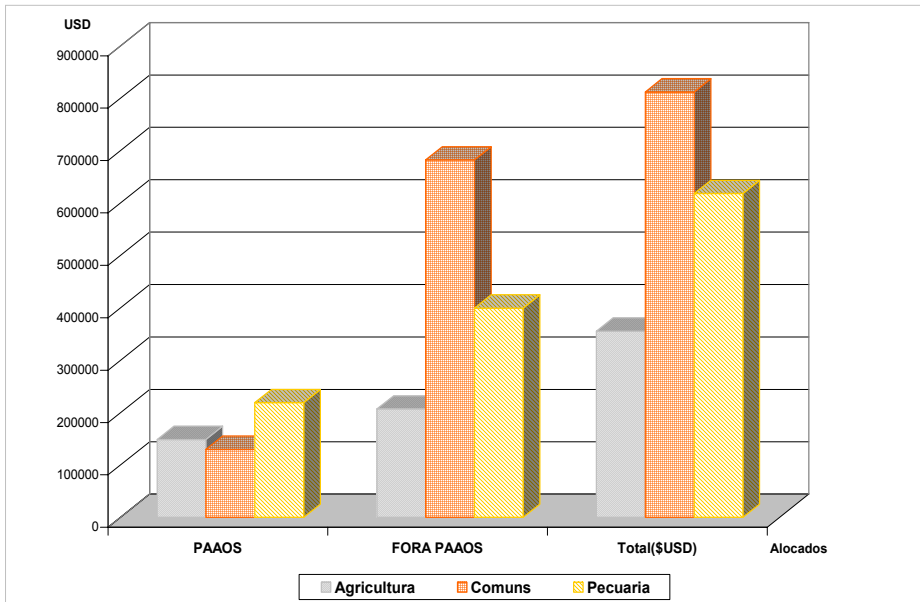
Mesmo que esse último valor seja integrado, importa providenciar-se instruções claras para que se tome em conta as actividades planificadas no âmbito do exercício actual e redireccionem os fundos em questão para cumprir com as acções planificadas ao nível das localidades.

### B. Análise Orçamental por Actividades

Das 23 actividades indentificadas, as feiras de insumos são as que requerem mais recursos(**439.331,00 \$USD**), seguidas de assistência veterinária (**435.630,00 \$USD**), construção de represas (**268.240,00**) e, na quarta posição, a construção ou reabilitação de regadios com **237.548,00 \$USD**.

Nota-se que, se agruparmos todas as actividades relacionadas à pecuária, as mesmas representam um total de **618.284,00 \$USD** contra **355.478,00 \$USD** exclusivamente relacionados à agricultura. Por outro lado, um total de **811.945,00 \$USD** está associado a actividades comuns aos dois sectores, como por exemplo construções de represas.

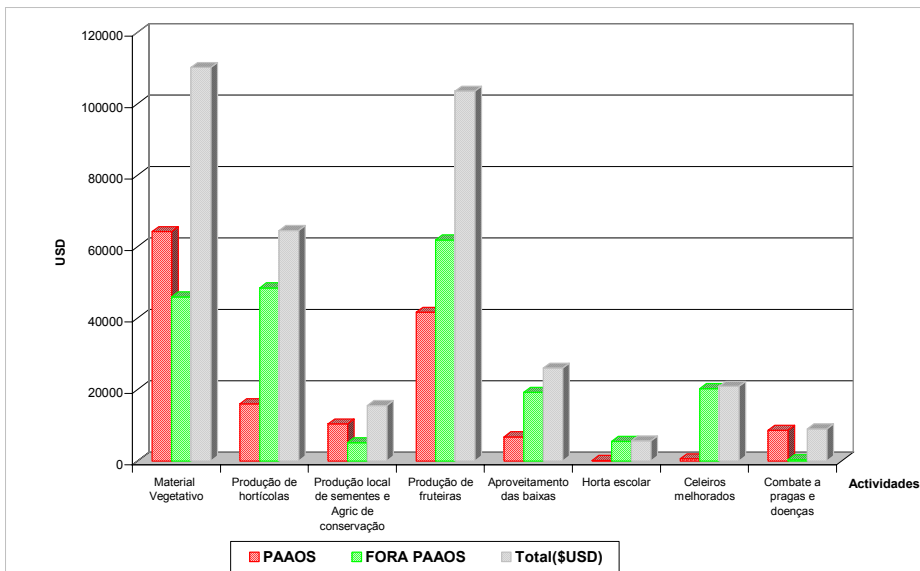
**Gráfico 11 Distribuição do orçamento e o Planificado no ambito do Programa de Mitigação**



O gráfico 11 ilustra a comparação das três categorias no que respeita a alocação de fundos no PAAO versus o orçamento. Mesmo nesse caso, nota-se que a pecuária foi contemplada com um total

de **219.000,00 \$USD** contra **148.582,00 \$USD** na agricultura e **129.726,00 \$USD** para as actividades comuns.

**Gráfico 12 Orçamento planificado para actividades da Agricultura**

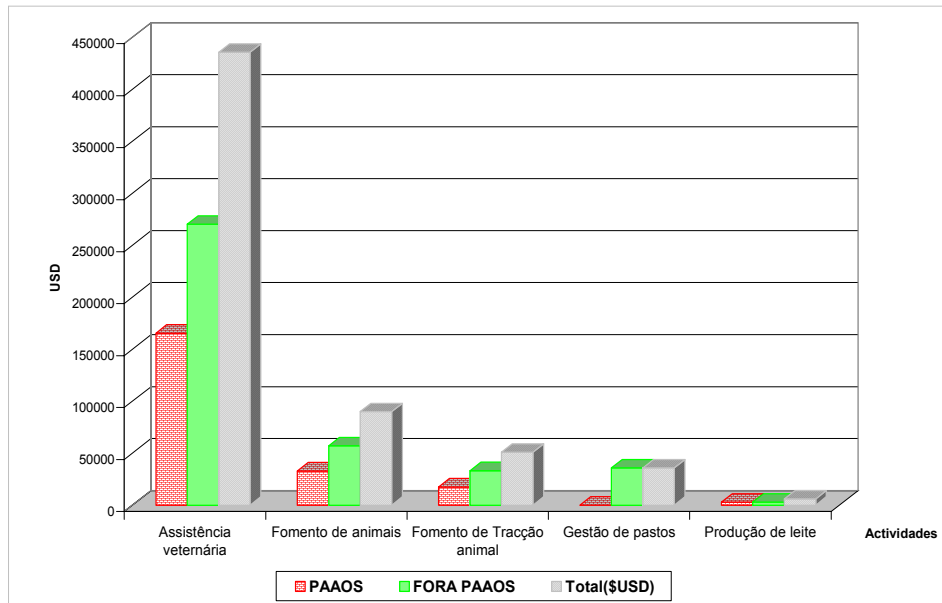


Analizando os detalhes dentro de cada uma das categorias acima mencionadas, nota-se que na agricultura, conforme ilustrado no gráfico 12, o material vegetativo é o que está a

requerer maior montante (**110.182 \$USD**). A segunda posição cabe à produção

de fruteiras (**103.548,00 \$USD**) e a produção de hortícola está na terceira posição (**64. 516 \$USD**). Os fundos provenientes de PAAO apresentam um padrão quase similar, destacando-se que o material vegetativo ocupa a primeira posição seguido de produção de fruteiras e de hortícolas.

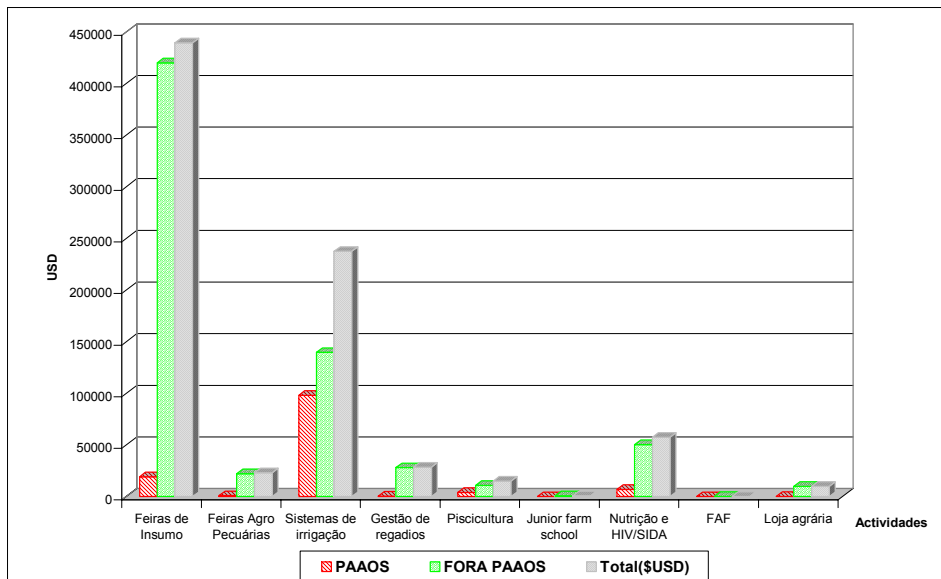
**Gráfico 13 Orçamento Planificado para actividades da Pecuária**



O cenário da afetação de recursos na pecuária está espelhado no gráfico 13 e não há dúvida que a assistência veterinária lidera com cerca de **435.629,52**

**\$USD** em termos de orçamento, estando já garantido um total de **165.465,52** no PAAO. O fomento de animais ocupa a segunda posição exibindo um orçamento de **89.994,80** estando já também garantido no PAAO o valor de **32.974,80 \$USD**. O fomento de tracção de animais é também uma actividade não menos importante, pois está previsto um orçamento de **50.860** dos quais cerca de **17.560,00 \$USD** estão já garantidos no PAAO.

**Gráfico 14 Orçamento Planificado para actividades nas areas comuns**



Por último, as actividades comuns têm as feiras de insumos a encabeçar a lista com **439.331,00 \$USD** seguida das feiras agro-pecuárias requerendo um valor de **237.549 \$USD** e educação



nutricional HIV/SIDA com **57.480 \$USD**. Entretanto, o PAAO está a contemplar cerca de **98.040 \$USD** para o sistema de regadio e **19.294 \$USD** para as feiras. (Vide gráfico 14).

Essa tendência reenforça a qualidade da metologia, pois reflecte exactamente a estratégia local de privilegiar actividades associadas aos seus modos de vida, minimizando os riscos das anomalias climáticas e com maiores retornos económicos. Isso por si só deve alertar os intervenientes para que dêem, contrário ao que tem acontecido, maior atenção a pecuária, sobretudo devido a função multipla que a mesma desempenha sobretudo no que respeita a segurança alimentar e mesmo em termos sociais, como por exemplo, na prática de lobolo.

Seria ainda oportuno enfatizar a selecção de algumas actividades que parece ser uma inovação, como parte do plano de mitigação. Este é o caso das actividades relacionadas a nutrição e HIV/SIDA que requer cerca de **57.480,00 \$USD** mostrando claramente a preocupação local em lidar com questões de utilização de alimentação. Na mesma perspectiva, destaca-se ainda as actividades de "Junior Farming School" (escola da vida) e hortas escolares, que são também duas vias para a inserção dos jovens e transmissão de valores e de tecnologias.

Por último, fica evidente a preocupação de minimizar as perdas pós-colheita, algo que em alguns casos pode traduzir-se em perdas de mais de 30% da produção. Por conseguinte, as estruturas locais, decidiram contemplar um pacote combinado de celeiros melhorados, acções para minizar perdas pós colheita e combate a pragas e doenças, rondando á volta de **30.000 \$USD**.

### **C. Análise de Actividades Por Província**

As tendências acima mencionadas não podem ser generalizadas, pois podem apresentar variações ao nível provincial, distrital e da localidade. Por conseguinte, para maiores detalhes, veja os planos de acção individual ao nível do distrito. Entretanto, a este nível, convém analisar os padrões desagregados ao nível de cada província conforme refletido na **tabela 8**.

**Tabela 8 orçamental por província e actividade**

Província	Principais actividades	Orçamento (\$USD)		
		TOTAL	PAAOS	FORA PAAOS
<b>Maputo</b>	Material vegetativo	19,940	9,880	10,060
	Feiras de Insumos	123,200	0	123,200
	Feiras Agro Pecuárias	800	0	800
	Produção de hortícolas	18,092	9,430	8,662
	Produção de fruteiras	44,120	21,040	23,080
	Sistemas de irrigação	49,080	21,480	27,600
	Const represas	61,360	0	61,360
	Assist veterinária	327,000	161,500	165,500
	Fomento de animais	16,000	8,000	8,000
	Tracção animal	35,000	17,500	17,500
	Gestão de pastos	1,200	0	1,200
	Produção de leite	6,000	3,000	3,000
	Piscicultura	5,200	0	5,200
	Nutrição e HIV/SIDA	38,400	2,000	36,400
	Celeiros melhorados	10,000	250	9,750
	<b>Sub total</b>		<b>755,392</b>	<b>254,080</b>
<b>Gaza</b>	Material vegetativo	8,826	1,440	7,386
	Feiras de insumos	197,209	0	197,209
	Produção de hortícolas	17,882	140	17,742
	Sistemas de irrigação	95,208	23,800	71,408
	Aproveitamento das baixas	1,635	0	1,635
	Const represas	136,800	0	136,800
	Assist veterinária	78,020	0	78,020
	Fomento de animais	20,320	0	20,320
	Tracção animal	14,300	0	14,300
	Gestão de pastos	32,800	0	32,800
	Nutrição e HIV/SIDA	8,000	0	8,000
Celeiros melhorados	9,740	0	9,740	
<b>Sub total</b>		<b>620,739</b>	<b>25,380</b>	<b>595,359</b>
<b>Inhambane</b>	Material vegetativo	21,861	19,701	2,160
	Feiras de insumos	56,574	16,974	39,600
	Produção de hortícolas	20,484	2,768	17,716
	Produção local de sementes	1,769	1,689	80
	Produção de fruteiras	44,716	8,786	35,930
	Sistemas de irrigação	3,040	2,440	600
	Gestão de regadios	98,160	35,200	62,960
	Assist veterinária	26,810	3,966	22,844
	Fomento de animais	9,095	455	8,640
	Piscicultura	900	900	0
	Nutrição e HIV/SIDA	3,800	3,800	0
	Combate a pragas e doenças	8,220	8,220	0
	Loja agrária	10,080	80	10,000
	<b>Sub Total</b>		<b>305,509</b>	<b>104,979</b>
<b>Manica</b>	Material vegetativo	5,270	0	5,270
	Feiras de insumos	21,948	0	21,948
	Feiras agro pecuárias	16,320	0	16,320
	Produção de hortícolas	1,545	0	1,545
	Sistemas de irrigação	3,200	0	3,200

Província	Principais actividades	Orçamento (\$USD)		
		TOTAL	PAAOS	FORA PAAOS
	Const represas	2,000	0	2,000
	Assist veterinária	2,000	0	2,000
<b>Sub total</b>		<b>52,283</b>	<b>0</b>	<b>52,283</b>
<b>Sofala</b>	Material vegetativo	32,912	29,280	3,632
	Prod local de sementes	11,200	6,920	4,280
	Produção de fruteiras	12,200	10,120	2,080
	Sistemas de irrigação	42,560	20,360	22,200
	Const represas	35,680	20,000	15,680
	Fometo de animais	33,380	16,520	16,860
	Hortas escolares	3,307	0	3,307
	Nutrição e HIV/SIDA	4,480	1,220	3,260
<b>Sub Total</b>		<b>175,719</b>	<b>104,420</b>	<b>71,299</b>
<b>Tete</b>	Material vegetativo	16,854	557	16,297
	Feiras de insumos	37,680	0	37,680
	Feiras agro pecuárias	6,022	880	5,142
	Produção de hortícolas	1,334	0	1,334
	Sistemas de irrigação	7,200	0	7,200
	Aproveitamento das baixas	14,200	0	14,200
	Construção de represas	32,400	0	32,400
	Assist veterinária	1,600	0	1,600
	Fometo de animais	1,600	0	1,600
	Tracção animal	1,100	0	1,100
	Gestão de pastos	1,800	0	1,800
	Piscicultura	1,800	0	1,800
	Junior farm school	800	0	800
	Hortas escolares	600	0	600
	Nutrição e HIV/SIDA	2,800	0	2,800
	Celeiros melhorados	1,200	400	800
FAF	80	0	80	
<b>Sub total</b>		<b>129,069</b>	<b>1,837</b>	<b>127,232</b>
<b>Zambézia</b>	Material vegetativo	4,520	3,400	1,120
	Feiras de insumos	2,720	2,320	400
	Produção de hortícolas	5,180	3,700	1,480
	Produção local de sementes	2,600	1,800	800
	Produção de fruteiras	2,512	1,700	812
	Sistemas de irrigação	37,260	29,960	7,300
	Aproveitamento das baixas	10,200	6,800	3,400
	Assist veterinária	200	0	200
	Fometo de animais	9,600	8,000	1,600
	Tracção animal	460	60	400
	Piscicultura	7,120	3,160	3,960
	Hortas escolares	1,760	160	1,600
Combate a pragas e doenças	800	400	400	
<b>Sub Total</b>		<b>84,932</b>	<b>61,460</b>	<b>23,472</b>
<b>Total Nacional</b>		<b>2,123,643</b>	<b>552,156</b>	<b>1,571,488</b>

## Maputo

A província, perspectivando um orçamento de **755.392,00 \$USD** dos quais **254.080,00 \$USD** se encontram no PAAOS tem como actividade de mais alto custo a assistência veterinária com cerca de **327.000,00 \$USD**, ou seja, 43% do orçamento total da província. Isso faz reflectir o peso que o sector desempenha principalmente nos distritos de Magude, Matutuine e Boane. As feiras de insumos ocupam a 2ª posição com **123.200,00 \$USD** seguido de construção de represas com cerca de 61.360,00 \$USD,

## Gaza

Na província de Gaza, as feiras dos insumos ocupam a 1ª posição com um custo de **197.209,00 \$USD**, seguido de construção de represas avaliado em **136.800,00 \$USD** seguido por sistemas de irrigação com **95.208,00 \$USD**. A assistência veterinária, gestão de pastos e fomento de animais não são menos importantes e preconiza-se um orçamento de **78.020,00**, **32.800,00** e **20.320,00 \$USD** respectivamente.

## Inhambane

A província de Inhambane preconiza alocar á volta de **305.509,00 \$USD** dos quais **104.979,00** estão já contemplados no PAAOS. A gestão de regadios ocupa a 1ª posição em termos orçamentais com cerca de **98.160,00 \$USD**. As feiras de insumos ocupam a 2ª posição com **56.574,00 \$USD**, seguidas de produção de fruteiras com **44.716,00**. A assistência veterinária e o material vegetativo também são importantes com orçamentos de **26.810,00** e **21.861,00 \$USD** respectivamente.

## Manica

A situação de Manica precisa ainda ser esclarecida, pois foram inclusos apenas três distritos totalizando o orçamento no valor de **52.283,00 \$USD**. Destes, cerca de metade está destinada a feiras de insumo e feiras agro-pecuárias. O fomento do material vegetativo tem alguma expressão assim como a construção de pequenos regadios.

Tendo em conta que a província tem diversos parceiros bastante activos, julgamos ser oportuno rever a situação durante a devolução dos resultados deixando em aberto a possibilidade de incrementar e expandir actividades a outros distritos.

## Sofala

Em Sofala, o orçamento situa-se á volta de **175.719,00 \$USD** dos quais **104.420** estão inclusos no PAAOS. A construção ou reabilitação dos sistemas de irrigação estão na 1ª posição com cerca de **42.560,00 \$USD** seguida de

construção de represas com **35.680,00**. Não menos importante são o fomento de animais e material vegetativo com **33.380,00** e **32.912,00 \$USD** respectivamente. Contudo, á semelhança de Manica, a situação de Sofala deve ser também revista durante o processo de restituição.

#### Tete

A província de Tete está entre as menos contemplados no PAAOS com apenas **1.837,00 \$USD** apesar de ter um orçamento estimado em **124.069,00 \$USD**. Essa situação é incompatível com a dimensão da vulnerabilidade crónica e aguda existente na província. Entretanto, as feiras de insumos é a que absorve maior valor com cerca de **37.680,00 \$USD**, seguido de construção de represas com **32.400,00** e material vegetativo com **16.854,00 \$USD**. O aproveitamento das baixas e sistemas de irrigação também são actividades com maiores custos.

É de se notar que essa província é a que tem maior diversificação das actividades e com maior equidade quando se excluí as três primeiras actividades de maior relevância.

#### Zambézia

A província de Zambézia, á semelhança de Manica, terá que ser revista durante a devolução dos resultados nas províncias. Apenas **84.932,00 \$USD** é o orçamento total das actividades das quais 72% ou seja **61.460,00 \$USD** estão cobertos no PAAOS. Desses, **37.260,00** destinam-se a sistemas de irrigação, podendo-se ainda destacar o aproveitamento das baixas e fomento de animais com cerca de **10.200,00 e 9.600,00** respectivamente. A piscicultura, produção de hortícolas e material vegetativo também são importantes.

Diversas iniciativas estão já em curso no âmbito da mitigação nas diversas províncias, mas não estão necessariamente integradas dentro de um esforço comum para reduzir os riscos da vulnerabilidade da população. Como parte dos próximos desafios seria, em cada província, actualizar essas iniciativas locais e criar um dispositivo para que os mesmos sejam integrados dentro de um único esquema em termos orçamentais, fontes de financiamentos, actividades e incidência geográfica. Para tal, a estrutura do banco de dados gerado a partir deste exercício servirá perfeitamente para se fazer essa harmonização desde que haja vontade política e institucional e, nesse caso, indo para além das esferas governamentais.

Os orçamentos acima apresentados referem-se ás despesas das actividades apenas ao nível dos distritos e províncias. Contudo, para que o programa seja factível há que se incluir os custos associados a assistência técnica central que terá um papel preponderante na restituição dos resultados, monitoria e avaliação. Por conseguinte estima-se que entre **15 a 20%** do total de orçamento poderá ser necessário.

---

---

## V. LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS FUTUROS

---

### A. Mudanças Relevantes na Filosofia do Plano de Acção

As iniciativas correntes desenvolvidas até este momento para mitigar a seca estão ainda longe de serem coerentes, pois, de entre outros aspectos, exibem lacunas graves de entre os quais se destacam:

- Uso limitado de uma metodologia participativa no desenho dos programas de mitigação.
- Nota-se a ausência de uma metodologia de consenso no diagnóstico da magnitude do problema da seca de forma desagregada.
- Deficiente monitoria local para acompanhar a evolução da situação, a implementação das intervenções e os seus impactos.
- Inexistência de uma plataforma para avaliar as lições aprendidas e integrá-las na preparação dos próximos planos.
- A não inclusão das ONGs no processo da planificação e na execução.
- Limitada credibilidade por parte dos doadores no processo, devido a falta de clareza na transparência, responsabilização e prestação de contas.
- Ausência na articulação e harmonização de fundos disponibilizados para os programas de mitigação.

A metodologia ora proposta visa atacar todos esses problemas acima mencionados e assegurar que haja um esquema base-topo na avaliação da magnitude do problema da seca, na identificação das prioridades de intervenções bem como numa planificação coerente com esquema de monitoria consistente.

De entre alguns aspectos, há que se enfatizar o facto de se preconizar:

- Um maior envolvimento das estruturas locais, principalmente dos administradores, DDAs e ONGs. Há ainda que assegurar que os fundos já disponibilizados através do INGC bem como os demais fundos que possam advir sejam integrados dentro do presente circuito proposto.
- Um esquema para a restituição de informações aos distritos após o financiamento, ou seja, comunicar a cada distrito e quiçá a cada localidade, o que foi financiado, por qual instituição, o valor e circuitos de liberação de fundos.

- Assegurar que, após o financiamento, haja uma assistência técnica mais sólida durante o início das intervenções, indo desde a identificação dos beneficiários, aos cronogramas das actividades, treinamento, aquisição de recursos (ex: sementes).
- Montagem de um sistema de monitoria não só para acompanhar a execução das intervenções, mas também para medir o impacto e reportar aos doadores, Nações Unidas e estruturas superiores do Governo sobre os avanços alcançados.

## **B. Ofensiva para Angariação de Fundos**

Uma vez concluída a fase de análise, a equipa pretende debater com as autoridades no sentido de se definir uma estratégia para mobilizar recursos de forma atempada tendo como horizonte de arranque das actividades meados de Agosto. Para isso, pretende-se encorajar as autoridades a reavaliar o orçamento proposto comparado com o disponível no PAAO para se saber exactamente qual vai ser a participação do Governo.

A segunda fase será a de uma ofensiva junto das Agências das Nações Unidas, no sentido de identificar possíveis contribuições dos diversos projectos/programas. Para isso, pretende-se levar a cabo apresentações individuais ou colectivas junto dessas agências e debater com as mesmas os tipos de programas que eventualmente poderiam ser financiados de acordo com os seus respectivos mandatos.

Finalmente, a terceira fase consistirá numa ofensiva junto dos doadores. Nesse contexto, uma jornada de sensibilização porta-a-porta será desencadeada para medir a percepção dos doadores, as suas exigências em termos de cometimentos, transparência, monitoria, formas de reportar, etc. Para além desses aspectos, com os doadores também debater-se-á formas de financiamentos, quer em termos bilaterais, "outsourcing" através das suas ONGs ou mesmo através de um fundo comum, por exemplo PROAGRI.

Este exercício deverá culminar com uma reunião magna durante a qual as partes debaterão os aspectos pendentes e anunciarão as diversas modalidades de financiamento, permitindo que todas as partes actuem num só bloco, mas com os termos de compromissos bem definidos acompanhados de um dispositivo claro de monitoria e de devolução dos resultados quer em termos de implementação quer em termos da medição de impacto e lições aprendidas.

## **C. Devolução dos Resultados aos Distritos**

O princípio básico da nova abordagem é que o plano de acção é feito pelos distritos para servir os distritos sendo as províncias apenas os fiéis depositários e

intermediários da vontade expressa entre os distritos e os parceiros financeiros. Para que isso possa de facto acontecer, urge retornar aos distritos para informar sobre os recursos conseguidos e os termos de compromissos.

Para isso, preconiza-se que a equipa, após o encontro com os doadores e demais parceiros, regressará aos distritos para, através das estruturas provinciais, informar os programas que foram financiados, os valores e as fontes de financiamentos.

Essas mesmas deslocações servirão de base para debater os procedimentos para o arranque dos programas, particularmente no que respeita a identificação de grupos alvos, cronogramas, treinamentos se necessário, mecanismos de fiscalização/monitoria e formas de reportar. O princípio da metodologia participativa será debatida e defendida, sobretudo no que concerne a estabelecimento de canais para dar a voz às comunidades na definição das prioridades, implementação e avaliação.

A este nível, o papel das ONGs será totalmente reconhecido e tentar-se-á adoptar um envolvimento efectivo das mesmas em todas as fases do exercício. Aliás, vai-se promover, conforme defendido por muitas ONGs, que os seus programas sejam totalmente enquadrados dentro desse esforço comum para mitigar a seca.

Nessa mesma altura, a equipa instalará a planilha do plano de acção provincial num computador na Direcção Provincial de Agricultura que provavelmente deverá ficar sob a alçada dos SETSANs provinciais e, caso possível, nas Direcções Distritais ou escritório das ONGs e treinará um grupo no manuseamento e técnicas de análises dos resultados. Na sequência disso, definir-se-á um esquema de monitoria, supervisão e assistência técnica.

O processo de desembolso, a sua celeridade e fiscalização da aplicação dos fundos de acordo com as normas do Governo e das exigências dos doadores e demais agências financiadoras terão a prioridade máxima e assegurar-se-á um mecanismo de prestação de conta de forma assídua.

#### **D. TRÂMITES PARA A ADOÇÃO DA METODOLOGIA COMO PARTE DA PLANIFICAÇÃO FUTURA**

As lições aprendidas durante esse exercício demonstrou que a adopção de um programa de acção base-topo é necessário e a única forma de fortalecer as premissas do combate à pobreza e à insegurança alimentar com resultados mais celeres e reforçando o princípio de pertença local.

Contudo, para que tal possa vir a consolidar-se, urge a necessidade de se descentralizar as análises da vulnerabilidade e a sistematização de recolha de informações integradas aliada ao reforço do treinamento. Esta secção debate



precisamente isso. Para que isso possa acontecer, visualiza-se quatro momentos distintos.

## 1. Estabelecimento de um Sistema de Aviso Prévio para a SAN

O GAPSAN (Grupo de Aviso Prévio de SAN) desenvolveu já uma metodologia simples que permite monitorar a disponibilidade de alimento baseado nas informações provenientes de Aviso Prévio/DINA, FEWS-NET e RRSU. Esses dados, quando combinados com os padrões de cultivo, permitem obter-se informações sobre:

- A estimativa das reservas alimentares
- Desempenho da campanha agrícola (1ª. Época)
- Desempenho da campanha agrícola (2ª. Época)

Baseado nessas informações, será possível mapear a situação da disponibilidade ao nível de cada distrito dentro da província. Como resultado, ter-se-á um mapa de caracterização dos diferentes distritos em termos da disponibilidade alimentar.

Esse mesmo grupo, também desenvolveu uma planilha que permite hierarquizar as alternativas económicas, por exemplo, pescas, pecuária, remessas, culturas de rendimento, etc. e ao mesmo tempo avalia o desempenho desses indicadores ao longo do ano. Com isso será possível avaliar os aspectos da acessibilidade alimentar. À semelhança do que poderá acontecer em relação a disponibilidade, também, nesse caso, será possível mapear a caracterização de todos os distritos referente a este assunto e, como resultado final, ter-se-á uma informação sobre as alternativas.

Por último, o cruzamento dessas informações criará condições para que se tenha uma visão sobre a situação alimentar e perspectivar cenários, todos aspectos que poderão também ser apresentados em mapas, portanto enfatizando o sistema de informação geográfica (GIS), algo que poderá ser dada prioridade máxima como parte da capacitação local.

Todo o exercício poderá ser estabelecido e feito ao nível da província e visa ter uma visão da situação alimentar ao nível de cada distrito. O GAPSAN fez todo esse trabalho a partir do SETSAN Central para a campanha agrícola 2004/05 cujos resultados serviram de base para planificação do CFSAM e da última ronda do GAV.

## 2. Montagem de um Sistema de Monitoria da Situação da Vulnerabilidade de Forma Desagregada

A DINA e o SETSAN, com o apoio da FAO, também desenvolveu a

metodologia que serviu de base para a preparação do presente plano de acção. A mesma, consistindo de 3 planilhas básicas, desagrega as informações ao nível das localidades e está interligada, ou senão, representa o prolongamento do exercício feito ao nível da província para cada distrito, conforme preconizado no ponto anterior.

Os trâmites para implementar essa metodologia foram já descritos anteriormente e o próprio resultado do presente plano de acção foi fruto da aplicação dessa metodologia. Contudo, prevalecerá ainda os desafios de desagregação do treinamento em relação as diversas fases ao nível da província, algo que deverá ser da alçada do Unidade Permanente do Sistema de Informação dentro do SETSAN.

### 3. Instalação de um Sistema de Monitoria dos Mecanismos Extremos de Sobrevivência

Concebido mais uma vez com o propósito de servir as populações ao nível das aldeias, localidades, postos administrativos e distritos, o SETSAN desenvolveu já uma proposta metodológica para monitorar os indicadores extremos em resposta aos riscos de fome. O sistema conhecido por FAF (Ficha de Alerta a Fome) comporta duas fases:

- o A primeira fase consiste na adopção de uma metodologia participativa para identificar e hierarquizar a magnitude dos diferentes indicadores de fome. Simultaneamente a mesma metodologia permitirá avaliar a evolução desses indicadores ao longo do ano.
- o A segunda fase tem um carácter mais dinâmico e visa monitorar, através de uma única ficha, a evolução temporal dos indicadores anteriormente identificados ao nível da aldeia. A ficha preenchida ao nível das aldeias é enviada para as localidades, depois para o posto administrativo para as compilações sucessivas e, posteriormente ao distrito para análises mais profundas. Contudo, esse sistema tem uma particularidade, por permitir que permaneça um registo de dados em cada um dos níveis de recolha e mesmo na aldeia.

O sistema, ainda na fase de teste, permitirá que, ao nível do distrito, se saiba por exemplo quantas aldeias estão a usar os mecanismos extremos, em que localidade e em que postos administrativos. Ao longo dos diversos workshops realizados nas 10 províncias, envolvendo acima de 250 participantes das diferentes estruturas do Governo, ONGs, e representantes da sociedade civil, a proposta foi apresentada e a receptividade favorável foi unânime, havendo já pressões para que se instale o sistema o mais urgente possível. Entretanto, o SETSAN pretende instalar o sistema a título provisório em três distritos nas províncias de Gaza e Inhambane a partir de Setembro e deixar em aberto a expansão para outras províncias dependendo dos resultados, interesse dos

parceiros em cada província e a dispobibilidade de fundos.

O FAF, sendo ainda uma proposta, se implementado, iria representar um valor acrescentado no trabalho de M&A do Plano de Acção, precisando no entanto passar da fase embrionário de desenho, testagem para a implementação de facto.

#### 4. Sistemas de informação das sementes

A combinação dessas três peças de informação com as dos sistema de informação de sementes permitirá aos diversos grupos do SETSAN, com particular destaque para o GAV e GAPSAN ter uma visão mais clara e holística da vulnerabilidade espacial e da dimensão do problema e, em função disso, seleccionar os distritos, postos administrativos e aldeias sobre as quais devem incidir os diagnósticos e análises mais profundos, seguidos de intervenções. Isso por si só é uma das cracterísticas essenciais da informação para acção dentro de um Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutrição (SISAN) de forma desagregada.

Para o caso do sistema de sementes, pretende-se reactivar as iniciativas locais anterioremnte levadas a acabo pelo ICRISAT, pois o sistema, quando funcional, irá permitir uma visão mais adequada sobre a disponibilidade dos diversos tipos de sementes, as análises dos fossos/défices, para além de assegurar uma monitoria integrada de todos os aspectos dos serviços de fornecimento de sementes de forma desagregada. Com isso, estar-se-á em condições de resolver um dos problemas mais sérios das feiras das sementes que tem a ver com a qualidade.

Por outro lado, a reactivação dos sistemas de sementes iria assegurar análises mais completas sobre o impacto das feiras das sementes na produção e na segurança alimentar passando pelo reforço da monitoria dos critérios da selecção dos beneficiários, o uso das sementes para o plantio e o impacto na disponibilidade de alimento. Nessa perspectiva, a ICRISAT em parceria com a FAO e quiçá com SARNET e sob a Idierança dos SETSANs-Ps deveriam procurar sinergias para uma estratégia conjunta de capacitação dos quadros provinciais na consolidação da presente iniciativa no seu todo.

---

---

## VI. CONCLUSÕES

---

A avaliação do plano de acção anterior cujo valor era de 3,900,000 \$USD demonstrou a existência de uma discrepância substancial entre os custos económicos e benefícios. Razões diversas foram apontadas, de entre as quais se destacam as questões de metodologias que não permitem um esquema base-topo e com a participação efectiva das comunidades quer em termos de identificação das prioridades quer em termos da implementação, monitoria e avaliação.

A situação acima não pode prevalecer, sobretudo pelo facto de Moçambique ser um país altamente vulnerável aos condicionalismos naturais que afectam a população de forma contínua, o que tem incrementado o grau da vulnerabilidade da mesma, o seu empobrecimento e a insegurança alimentar, sendo esses dois últimos factores inseparáveis, ou seja, não se podendo combater um sem lidar com o outro.

O argumento torna-se ainda muito mais forte dentro do novo contexto da descentralização tendo o distrito como a base de planificação. Daí a razão da DINA, com o apoio da FAO, ter proposto uma metodologia mais participativa no processo da preparação do plano de acção, a sua respectiva implementação e monitoria.

A metodologia anteriormente testada em Gaza e posteriormente implementada directa ou indirectamente em 36 dos 59 distritos das sete províncias, provou ser um instrumento forte, particularmente pelo facto de reforçar a pertença local, aumentar a transparência e responsabilização, para além da "accountability", algo que tem sido advogado como uma das premissas básicas durante a nova governação.

Reconhece-se a necessidade de maior abrangência dos distritos. Entretanto, isso deve depender da flexibilidade dos doadores e da disponibilidade dos fundos. Caso haja essa vontade, a própria equipa poderá conduzir o mesmo exercício nos demais distritos como parte de complemento. As razões de outros distritos não terem sido incluídos têm a ver com o facto de não terem sido identificados pelo GAV ou porque os DDAs não responderam ou mesmo pelo facto de o material do campo ter chegado tardeamente e após a conclusão das análises.

Os resultados apresentados demonstraram que existem preferências pelas actividades, tendo-se destacado que a maior opção foi para material vegetativo seguido de fomento de frutícola e sistemas de regadio, notando-se no entanto que a produção de hortícola ocupa a quarta posição.

Em termos orçamentais, deparou-se que o custo total está na ordem de **2.053.947,00 \$USD** dos quais **517.303,00** poderão advir do PAAO ficando

pendente a mobilização de cerca de **1.536.640 \$USD**. Entretanto há ainda a refletir sobre os **400.000,00 \$USD** que foram destinado pelo Ministério de Plano, não se sabendo no entanto como é que o valor poderá ser integrado dentro do presente exercício.

Como estratégia para consolidar a iniciativa, a equipa concluiu ser oportuno avançar-se com uma ofensiva para sensibilizar os doadores, ONGs e demais parceiros através de apresentações porta-a-porta e uma reunião magna no dia 5 de Agosto. Após essa fase, a equipa pretende também, pela primeira vez, restituir os resultados aos distritos, isto é, informar ao fórum a este nível, sobre o que se conseguiu financeiramente e definir as modalidades para a assistência técnica na implementação, monitoria e avaliação, fazendo prevalecer o princípio participativo das comunidades.

Finalmente a equipa defende que a presente metodologia seja integrada dentro de um pacote global para monitorar a vulnerabilidade numa perspectiva de informação para acção, ou seja, diagnosticar onde estão, quem são e quantos são os grupos vulneráveis à insegurança alimentar de forma desagregada dentro de cada província e ao nível das localidades e, simultaneamente, identificar as acções concretas para mitigar, mas separando sempre a vulnerabilidade transitória da crónica. Esta estratégia requererá capacitação e autonomia provincial, algo que o Grupo de Análise da Vulnerabilidade deve assumir a liderança, pelo facto de poder vir a ser um dos principais beneficiários dessa abordagem.

No presente documento, foram apresentados os pontos mais relevantes do plano de acção no que respeita a preferência das actividades e orçamentos. Contudo, maiores detalhes podem ser encontrados nos planos de acção distritais, provinciais e nacional. Para além disso, outros detalhes no que respeita cada uma das actividades, por exemplo, o fomento de materiais vegetativos, também podem ser vistos no banco de dados que está disponível ao público ao nível central e provincial.